

4 Análise e discussão dos resultados

Nesse capítulo serão apresentadas as análises e discussões dos resultados das percepções e entendimentos dos sujeitos entrevistados a respeito do desenvolvimento de competências dos alunos das escolas técnicas estaduais com vistas ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, conforme as diretrizes divulgadas pelo Ministério da Educação.

Dessa forma, serão apresentadas as revelações do campo agrupadas nas seguintes categorias: Relação das Escolas Técnicas com o Mercado Empregador, Concepção de Competências dos Técnicos, Configuração do Papel do Ensino Técnico, Formação Técnica e Construção da Matriz Curricular por Competência. Tais categorias emergiram das análises das entrevistas e auxiliaram na resposta à pergunta da presente pesquisa conforme visto no capítulo introdutório: Em que medida as unidades de ensino técnico estaduais tem conseguido formar alunos com as competências requeridas pelo mercado de trabalho?

Importante se faz ressaltar que objetivando capturar diferentes perspectivas para atender ao objetivo proposto foram entrevistados diversos sujeitos da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) e de duas empresas receptoras de alunos das ETEs, representando o mercado empregador.

A seguir encontra-se a legenda utilizada como referência aos entrevistados na análise de conteúdo das entrevistas, para identificação das instituições a que pertencem os sujeitos, de acordo com as letras do alfabeto.

Quadro 3 – Legenda para identificação das Instituições

Instituição	Legenda – letras:
FAETEC	A a D
Escola Ferreira Viana	E a I
Escola João Luiz do Nascimento	J a P
Escola Henrique Lage	Q a X
Empresas (Mercado Empregador)	Y e Z

Durante a análise preliminar das entrevistas foram identificadas seis categorias, que foram submetidas a uma análise crítica. Esse procedimento resultou em cinco categorias relacionadas a seguir juntamente com uma breve descrição.

Quadro 4 - Categorias emergentes na Pesquisa de Campo

Categoria Inicial	Categoria Final	Descrição da Categoria
O Campo Organizacional de uma Escola Técnica Estadual	Relação das Escolas Técnicas Estaduais com o Mercado Empregador	Apresenta o campo organizacional de uma escola técnica estadual destacando a relação dessa instituição com o mercado empregador. Nesse sentido, buscou-se analisar as revelações do campo acerca dessa relação
Concepção de Competências dos Técnicos	Concepção de Competências dos Técnicos	Refere-se ao entendimento dos entrevistados a respeito do conceito de competências que devam ser adquiridas pelos alunos das ETEs para atender às exigências do mercado de trabalho.
O Papel do Ensino Técnico enquanto Formador de Oportunidades para o Mercado de Trabalho	Configuração do Papel do Ensino Técnico	Relaciona-se a como se configura o papel do ensino técnico enquanto formador de oportunidades para o mercado de trabalho. São verificadas as percepções dos entrevistados a respeito do papel do ensino técnico no que diz respeito à formação técnica de alunos aptos a ingressar no mercado de trabalho.
Exigências do Mercado de Trabalho no que concerne à Preparação dos Alunos		
O Papel do Professor na Formação Técnica do Aluno	Formação Técnica	Apresenta os papéis dos professores e dos alunos para a formação técnica exigida pelo mercado de trabalho. Assim, nesta categoria será verificada

O Papel do Aluno na sua Formação Técnica		de que forma tanto os professores quanto os alunos contribuem para a formação técnica.
Envolvimento com a Construção da Matriz Curricular por Competência	Construção da Matriz Curricular por Competência	Refere-se às percepções dos entrevistados em relação à operacionalização da matriz curricular por competências. São também identificadas dificuldades e estímulos à implementação da matriz nas ETEs.

Nas próximas seções, cada uma das cinco categorias identificadas a partir das análises do conteúdo das entrevistas será apresentada detalhadamente, juntamente com a análise e discussão dos resultados obtidos em cada uma delas.

4.1. Relação das escolas técnicas estaduais com o mercado de trabalho

Para atender ao objetivo da pesquisa, essa categoria apresenta o campo organizacional de uma escola técnica estadual destacando a relação dessa instituição com o mercado empregador. Nesse sentido, buscou-se analisar as revelações do campo acerca dessa relação. Dessa forma, primeiramente será apresentada por meio da figura 1, a configuração do campo de uma ETE apontando sua relação com os atores com os quais interage e destacando sua relação com o ator mercado empregador, tendo em vista o objetivo dessa pesquisa. Para isso, buscou-se elucidar e analisar as revelações dos entrevistados do campo a respeito dessa relação.

A partir das revelações do campo, verificou-se como se configura o campo organizacional de uma Escola Técnica Estadual (ETE), apresentado na figura 1.

Cumpram destacar o registro de DiMaggio e Powell (1983) que explicam que os campos organizacionais somente existem na medida em que são institucionalmente definidos, ao proporem que “a estrutura de um campo organizacional não pode ser definida *a priori*; deve ser determinada a partir de uma investigação empírica”.

Dessa maneira, a definição do campo organizacional depende da organização focal que está sendo analisada, bem como de um estudo da área da vida institucional, onde serão reconhecidos os *stakeholders*, ou seja, tal definição depende de uma investigação empírica.

Nesse sentido, o campo organizacional de uma Escola Técnica Estadual só existe na medida em que é institucionalmente definido. Segundo DiMaggio e Powell (1983), o processo da definição de institucionalização ou “estruturação” consiste em quatro partes: um crescimento na extensão da interação entre as organizações no campo; a emergência de estruturas interorganizacionais bem delineadas de dominação e modelos de coalisão; um aumento na quantidade de informações com as quais as organizações no campo devem lidar; o desenvolvimento da percepção mútua entre os participantes de uma série de organizações que estão envolvidos em uma empresa comum.

Conforme foi verificado, o campo organizacional de uma ETE é constituído por diversos atores. No entanto, para atender ao objetivo do presente trabalho de verificar a percepção dos agentes formadores (ETEs) e dos agentes empregadores (mercado de trabalho) a respeito do desenvolvimento de competências dos alunos das escolas técnicas estaduais, serão apresentadas a seguir as revelações do campo a respeito da relação das ETEs com o mercado empregador, relação foco do presente estudo.

Tal análise também se fez necessária para a verificação da sintonia entre a formação dos alunos pelas Escolas Técnicas Estaduais e as demandas do mercado de trabalho.



Figura 1 - Configuração do Campo Organizacional de uma Escola Técnica Estadual (elaborado pelo autor a partir de consultas aos sites de referência de cada ator mapeado no campo, em outubro de 2008).

Para que as demandas do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação se efetivem no tocante à formação de alunos preparados para atuar em um mercado cada vez mais complexo (com múltiplas tecnologias) e mais exigente torna-se essencial que as escolas técnicas estaduais estejam alinhadas com as demandas do mercado de trabalho. Dessa forma, nessa seção será verificado como ocorre essa relação.

Conforme revela a pesquisa de campo, a relação do mercado empregador com as ETEs e, conseqüentemente com a FAETEC ocorre, em primeira instância, por meio do oferecimento de estágios, exigidos na matriz curricular.

Entretanto, verificou-se que existem algumas dificuldades no processo de formação de convênios prejudicando a efetivação da experiência prática dos alunos, tão necessária no processo formação. Além disso, as entrevistas revelaram que falta mais articulação entre as empresas e as escolas técnicas, indo contra o que dispõe a LDB em seus artigos 39 a 42, quando concebe “a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, conduzindo “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Nesse contexto as entrevistas revelaram que a falta de autonomia das escolas prejudicou a formação de convênios com as empresas para vagas de estágios, reduzindo consideravelmente o número de empresas cadastradas a partir a centralização do cadastro das empresas na FAETEC e acarretando em um afastamento da relação das escolas com as empresas.

Tal centralização vai contra o princípio da flexibilidade registrado pelo CNE, no Parecer 16/99, o qual está diretamente ligado ao grau de autonomia das instituições de educação profissional, que segundo o Parecer, se reflete na elaboração da grade curricular. Ainda, segundo o Parecer, um aspecto essencial à organização curricular é o da prática, a qual constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele incorporada no plano de curso.

Os depoimentos dos entrevistados E da ETE Ferreira Viana e U da ETE Henrique Lage evidenciam tal fato ao registrarem que antigamente tais convênios eram firmados pelas próprias escolas. Na visão deles, a centralização do cadastro das empresas na FAETEC prejudicou o processo de oferecimento de estágios, conforme ilustram seus depoimentos a seguir:

“Concluindo... existe uma dificuldade que a gente acaba criando de concluir o processo uma vez que a escola também perdeu autonomia em relação aos contratos de estágio, e mais, as exigências que a FAETEC tá fazendo pra ter referências de um conveniado pra que uma pessoa possa fazer estágio com validade pra escola. Fazendo com que a oferta de vagas de estágio diminua sensivelmente.” (Entrevistado E – Escola Ferreira Viana)

“Como é que nos poderíamos inserir esses alunos no mercado de trabalho? Nós tínhamos uma maneira, uma forma de inserir esses alunos propostos aí pela Fundação, uma proposta de Secretaria de Ciência e Tecnologia, de leis do estado e que nós tínhamos uma forma, mas ela mudou. Só que a que nós tínhamos, para o meu curso de edificações, aqui no meu setor de estágio da escola, que fica aqui dentro da escola, nós tínhamos aqui um cadastro de uma quantidade de empresas, mais de 100 (cem), cadastradas aqui, trazidas pelos professores, não que eles tivessem obrigatoriedade, mas é por que eles estão trabalhando, de forma espontânea eles iam aos poucos... até os alunos, “ah, meu pai trabalha na empresa assim...”, eu vou lá visitar a empresa. Ver se realmente está funcionando, se os funcionários trabalham, se é um empresa que está atingindo seu objetivo... então está bom... é uma boa empresa pra gente poder cadastrar e oferecer estágio pros alunos, então assim, nós tínhamos essa oportunidade do cadastro. Aí mudaram as regras e as empresas diminuíram consideravelmente. Houve uma mudança do vínculo das empresas com a FAETEC. Então, quando se fazia um cadastro no setor de estágio da nossa escola era regional. Quando se faz um cadastro na escola lá de Campus, é regional... quando você centraliza isso em Quintino (FAETEC), centralizou, tirou as atribuições dos setores de estágio de forma regional criam lá... cadastrando aquelas empresas... e aí nós vamos fazer a mudança por que nós estamos primando pela qualidade, mas não é só primar por qualidade, nós formamos um número X, é qualidade e quantidade de empresas, esse número reduziu consideravelmente...” (Entrevistado U – Escola Henrique Lage)

A visão dos entrevistados E da Escola Ferreira Viana e U da Henrique Lage é compartilhada pelo entrevistado Y do mercado de trabalho, conforme ilustra a citação a seguir:

“Acho que hoje em dia a FAETEC, inclusive, isso é uma coisa que eu falei uma vez. Eu falei, no caso, da ETE Oscar Tenório: “poxa, vocês... antigamente a gente tinha uma relação muito mais próxima e de um tempo pra cá eu vi que não havia interesse...” não havia essa troca, quer dizer, antes a Oscar Tenório ligava pra mim “ah, você tem vaga?”, oferecendo alunos... depois isso parou, quer dizer, aí sim... eu acho que começou a mudar, eu não se houve essa questão da oferta de mercado de trabalho, mais aquecido, começaram a surgir empresas oferecendo e eles ficaram mais tranquilos em relação a poder inserir esses alunos no mercado de trabalho e aí abandonaram um pouco a Rio Trilhos aí a gente começou a ter dificuldade de encontrar estagiários”.

“A gente sempre quando precisa do estagiário a gente que procura. A FAETEC nunca mais nos ofereceu estagiários... nós é que procuramos...”

“Acho que essa comunicação com a FAETEC dificulta sim. Acho que ficou muito institucional demais... acho que ficou pesado demais. Mas eu acho que fica muito formal demais, muito sério demais e, às vezes, isso atrapalha um pouco... acho que demora... até por que eu tenho que passar, quer dizer, essa história do termo de compromisso... a gente ficou aqui com o nosso convênio com a FAETEC muito tempo pra ser renovado e isso atrapalhou demais não só a gente... atrapalhou a gente por que a gente ficou sem uma possibilidade de, vamos dizer, junto à FAETEC de conseguir estagiário e... que eu acho que nem foi muito culpa da FAETEC e sim culpa do Governo do Estado que exigia que, como se tratava de convênio, de passar pelo gabinete civil por que... embora não gerasse nenhum custo, não gera custo... acho que sim, o negócio ficou muito burocrático demais e isso...”

O entrevistado Z do mercado de trabalho corrobora a visão do entrevistado Y no que concerne à burocratização que a centralização das atividades na FAETEC gera. Assim, observa o entrevistado Z:

“O que, às vezes, eu escuto os alunos falando em relação à FAETEC é assim... por que parece que você tem que levar pra escola e a escola entrega pra FAETEC, eu não sei... que quando eu começo a chegar a cobrar, “ah, Érica, eu fui lá na escola e falou que o problemas não são deles são da FAETEC. Ah, eu tive lá na escola e falou que é para ver com a FAETEC”. Centraliza demais... entendeu, então... não sei...deveriam orientar mais os alunos, explicar melhor em relação a isso, “ah, lá na FAETEC tem um prazo de quarenta e oito horas pra devolver...” eu sinto que os alunos ficam meio perdidos. E em relação às outras escolas que não são da rede não, quando eu já ligo: “ah, fulano? Ta, então pede pra fulano passar aqui que eu documento já vai estar pronto”, é muito, assim centralizado...”

É eu acho que é o que a gente colocou no início sobre o lance da burocratização, acho que poderia melhorar mais...”

Além disso, o entrevistado Z do mercado de trabalho também concorda com o entrevistado Y sobre a necessidade de maior articulação entre o mercado e as ETEs, porém ressalta que essa relação vem melhorando:

“Podia ter mais integração entre a escola técnica e o mercado de trabalho. A gente até percebe que há, eu acho que, ainda mais em cursos mais amplos, né, tipo, técnico em administração e tal que, às vezes, a gente tem necessidade de ter... eu acho que é mais freqüente essa coisa de... a gente já ouviu falar de palestras nas escolas técnicas, o mercado de trabalho, “como elaborar seu currículo”... então, assim, eu acho que tem essa preocupação sim, de estar ajudando o aluno nessa inserção, o que, claro implica em você falar pra ele dessa lógica do trabalho, o mercado de trabalho como um todo e tal... mas acho também que essa relação está se incrementando”.

O entrevistado L da ETE João Luiz do Nascimento complementa a visão do entrevistado Z ao observar que a falta de articulação entre as empresas e as ETEs contribui para a ausência de vagas nos estágios. Dessa forma, prossegue:

“É... Tem empregabilidade, menos do que a gente queria. Por que eu acho que também não existe essa articulação das empresas do local com a escola. Outro dia nós tivemos uma reunião justamente pra chamar os empresários dessas empresas daqui pra participar... e convocaram vinte, vinte e poucos e só vieram 2 a participar disso aí. Então, é uma dificuldade por que a gente trabalha com dificuldade pra estágio... Por que o aluno se forma, mas, às vezes, ele não consegue estágio e ele só consegue fazer a formação dele com o estágio. Então, pelo menos é o que eu vejo na escola pública, eu acho que é difícil a empresa, assim... ela participar disso de... “Poxa, o que, que eu preciso? “Eu vou à escola ver...” participar mesmo com a escola. Eu acho que existe essa dificuldade.”

A visão do entrevistado Q da ETE Henrique Lage se contrapõe a dos entrevistados Z e L, observando que existe uma boa comunicação entre as escolas e as empresas relativa ao oferecimento de oportunidades de trabalho.

“Por que, por ser uma escola que tem a formação específica, e as empresas necessitam daquela formação, então eles nem colocam anúncio em jornal, já direcionam pra gente as vagas. Então, isso acontece em várias empresas.”

Concordando com os entrevistados Z e L, o entrevistado I da ETE Ferreira Viana entende que as escolas podem ser mais pro ativas na busca de estágios, ratificando o parecer 16/99 o qual observa que a prática profissional supõe o desenvolvimento, ao longo de todo o curso, de atividades tais como, estudos de caso, conhecimento de mercado e das empresas, estágios, exercício profissional efetivo, entre outros. Para exemplificar, o entrevistado I explicou que sua escola

convida as empresas para realizar palestras onde podem apresentar suas demandas de formação. Assim, ilustra o entrevistado I da ETE Ferreira Viana:

“... Que a gente está convidando as empresas pra estarem dentro da escola. Por que o que, que acontece? As pessoas estão aqui há anos (...) e aí se distancia um pouco do mercado de trabalho e acaba perdendo o foco. Então, a gente está pedindo às empresas pra virem às unidades através de um convite. Exatamente pra gente sentar e discutir o que eles querem conosco, que aí a gente consegue ter um retorno do que está faltando. (...). (...) Então, a gente está trazendo eles mais pra próximo de nós, isso está sendo muito positivo... O objetivo é uma parceria. Eu tenho o aluno, qual o meu objetivo, é capacitar o profissional, o que, que o mercado está precisando, qual é a competência, habilidade, qual o perfil que ele tem que ter pra conseguir sair. Não adianta dar um papel pra ele. Tem que criar condições pra ele estar inserido dentro do mercado de trabalho. E aí eu consigo ter um retorno disso...”

Por sua vez, o entrevistado Y do mercado de trabalho revelou que a curta duração dos convênios das ETES com as empresas para estágio tem como conseqüência, um retrabalho da empresa de recrutar e capacitar novos estagiários em um curto espaço de tempo, ao mesmo tempo em que os antigos estagiários não aprenderam efetivamente o que deveriam, por terem permanecido na empresa por um período considerado por ele, curto. Assim opina o entrevistado Y:

“E todos os alunos da FAETEC, que estão estagiando hoje, o período máximo deles são de um ano. Por que a maioria dos convênios que a FAETEC tem com empresas é de 6 meses renovável por mais 6 meses. Aí o aluno, quer dizer, têm uns alunos mais espertos, né, e têm alunos também estão querendo aproveitar esse momento pra poder se preparar melhor pra vestibular, ou então, pra fazer um concurso público e tal... Aí tem acontecido, não com grande frequência, mas em 5 meses eles acham que já é suficiente, já pode sair como técnico, então ele vai embora e isso aí acaba deixando a gente meio na mão.”

“Se o aluno tem, vamos dizer, com a instituição um convênio de um ano, eu acho que ele deveria ser obrigado a ficar um ano na empresa, aqui pelo menos, não sei lá fora. Até por que aqui existe todo um processo, ou mal ou bem, a gente tem que mandar um e-mail pra eles divulgando a vaga, tem que... existe uma certa sistemática de atendimento, eles vêm aqui, a gente marca entrevista individual, normalmente, aí tem a entrevista técnica e tal e isso tudo demanda tempo, quer dizer, não estou nem reclamando por causa da qualidade do estagiário, por ficam sempre os melhores, se vier dez e só tiver uma vaga vai ficar um só, quer dizer, é uma oportunidade também, mas eu acho que isso aí”.

Outra dificuldade no processo de formação dos estágios foi revelada pelo entrevistado D da FAETEC ao registrar que a legislação funciona como um empecilho burocrático. Em seu depoimento, o entrevistado D explica que são exigidos inúmeros documentos para formação de convênios entre as empresas e a FAETEC para a matrícula dos alunos nos estágios.

No que se refere à inserção do técnico formado no mercado de trabalho, o entrevistado O da ETE João Luiz do Nascimento ressalta que o sucesso do indivíduo no mercado de trabalho depende de sua própria conduta, conforme explica a seguir:

“Depende muito de o aluno ter aquela visão do que, que é a área técnica de edificações. Tem uns que abraçam verdadeiramente o curso técnico e vai embora. Arruma estágio, fica empregado, muitos deles... querem se envolver com isso, eles têm uma probabilidade muito grande de conseguir emprego no mercado de trabalho. Agora os que não querem, os que entram pra cá com a visão de vestibular, eles vêm fazer o curso, vai fazer o vestibular e, às vezes, nunca se envolvem com aquela área técnica.”

Já o entrevistado Q da ETE Henrique Lage atribui o sucesso do ingresso do técnico no mercado à escola técnica. Conforme ilustra em seu depoimento:

“O Henrique Lage, ele tem um diferencial em relação às outras, por que é uma escola de 85 anos, frisando bem isso, e uma escola de referência aqui... Desde a década de 40, 50, escola industrial ainda, o aluno que sai daqui já está empregado, ele vai sair empregado mesmo e com uma formação de qualidade. Então o nome que a escola já traz o aluno que sai formado do Henrique Lage, ele tem um mercado de trabalho muito amplo, ele tem uma facilidade considerada, mesmo com as empresas aqui da região, por a escola já ser uma escola de referência.

Nessa relação das ETES com o mercado empregador, o entrevistado E da ETE Ferreira Viana destaca o caráter prático e especializado do ensino técnico como um diferencial no mercado de trabalho em relação ao ensino superior. Dessa forma, prossegue:

“Eu não sei dizer se é regra, mas é muito mais do que exceção. Se você pegar, por exemplo, o segmento que a gente tem que mostrar no pós-médio, muita gente vem aqui buscar uma espécie de comprovação do seu saber prático pra ter uma melhor posição na empresa. Ele não vem pra continuar o estudo dele. E tem muito técnico. E aí fica complicado você falar em regra e em exceção, por que você tem no mercado formações de técnico que são altamente especializadas, a partir de um curso técnico, que a remuneração é excelente. Por exemplo, o cara que trabalha com processamento de lente, né? Uma lente multifocal. Sabe qual a formação técnica? Muita das vezes ele é mecânico, tá, ele acaba entrando pro segmento especializado altamente remunerado e ele chega num momento que ele verifica que não é interessante ele deixar de ser técnico, por que como engenheiro, como profissional de nível superior ele não vai ganhar o que ele já tá ganhando como técnico.”

Nesse contexto, o CNE no parecer 16/99, ratifica que na educação profissional não há dissociação entre teoria e prática. Assim explica que o ensino deve contextualizar competências, visando significativamente à ação profissional, sendo um diferencial desse.

No que diz respeito à imagem que o mercado empregador tem da FAETEC, na perspectiva do entrevistado B da FAETEC, tal imagem vem melhorando, seja em função de investimentos, parcerias e reuniões de acompanhamento dos alunos. Dessa maneira, o entrevistado B da FAETEC analisa:

“Durante algum tempo a gente até ouvia comentários de que tal empresa não quer alunos da FAETEC. Mas isso tem mudado. As escolas têm até recebido investimentos. Esse ano teve muita escola que recebeu fomento da FAPERJ...

E a gente tem também as reuniões de estágio que o coordenador de estágio faz com os coordenadores de curso, que você tenha sempre ali a avaliação de como esse aluno está indo no estágio, até pra saber se ele está representando bem a escola e, obviamente, a FAETEC. Então essa visão mudou sim. Então antigamente falavam: “Ah, Cefet, Cefetec”. Elas são tradicionais, têm seus nomes, sua importância, mas acho que hoje a FAETEC em muitos cursos ela briga em condição de igualdade.”

O entrevistado V da ETE Henrique Lage corrobora a visão do entrevistado Q da ETE Henrique Lage e destaca que as feiras promovidas pelo Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro funcionam como um meio importante de comunicação entre o mercado e as escolas, principalmente no que diz respeito à atualização das demandas das empresas:

“E também enriqueceu muito a relação mercado trabalho com as escolas nas feiras. Hoje a gente dá o luxo de ter três feiras aqui em Niterói. Essas feiras, elas são gerenciadas pelo estado, por que o estado e prefeitura, prefeitura principalmente... E as empresas, ali, demonstram suas tecnologias e os nossos alunos freqüentam, têm a liberdade de freqüentar. E é onde a gente interage com a nova tecnologia, com o que o mercado demanda e a nossa realidade, aí a gente convive com isso e a gente vai se atualizando, tendo em vista que essa atualização é espontânea. Ela não é como você às vezes fala aí, com relação à gestão eu acho que seria importante a atualização dos professores, eu digo talvez com cursos, mas não mais distantes, dentro da própria instituição, a escola aqui no caso.”

Outro ponto ressaltado nessa relação, é relativo à carência de técnicos no mercado de trabalho diante de um cenário atual de “boom tecnológico” que necessita de mão de obra técnica qualificada, conforme as declarações de diversos entrevistados a seguir:

“Olha só, na minha visão o ensino técnico é uma coisa essencial no Rio de Janeiro, por que o Rio de Janeiro, infelizmente, ele não tem mão de obra técnica, poderia dizer, as instituições em geral, ela não estão conseguindo suprir essa necessidade. (...) Uma pessoa da Petrobrás conversou comigo e um dos gerentes de lá falando da necessidade de mão de obra técnica pra lá pra dentro, que não existe.” (Entrevistado O – ETE João Luiz do Nascimento)

“É uma pesquisa da FIRJAM dizendo que a gente tá aí vivendo um boom na área tecnológica que vai faltar mão-de-obra qualificada. E aí, porque que está faltando mão-de-obra qualificada?... nós estamos utilizando mão-de-obra qualificada estrangeira. Se você for hoje a Macaé você vai ver um monte de estrangeiros trabalhando e não necessariamente por que não tem engenheiro qualificado...” (Entrevistado E – ETE Ferreira Viana)

“Mas hoje, o nosso Estado, não só o Estado, mas a nossa nação necessita da formação técnica. Então a prioridade dele, enquanto Secretário era realmente, trabalhar em cima da escola técnica. E nós podemos estar observando aí. O investimento que está entrando junto a FAETEC, que é a fundação de apoio à escola técnica no estado, quer dizer, o governo já observou essa lacuna, essa carência, essa necessidade e está tentando suprir isso já pros próximos anos.” (Entrevistado Q – ETE Henrique Lage)

“O Boa Chance de domingo, você viu? Está aqui no nosso painel. Ele vem mostrando que o Rio tem uma carência muito grande de mão de obra técnica.” (Entrevistado P – ETE João Luiz do Nascimento)

Durante as entrevistas, outro aspecto surgiu ainda sobre a relação das ETES com o mercado empregador: a perda dos professores das ETES para o mercado de trabalho. Nesse sentido verifica-se que o mercado se torna concorrente das ETES no que se refere à empregabilidade dos professores. Dessa forma ilustra o entrevistado E da ETE Ferreira Viana:

“Então no diurno eles têm essa responsabilidade a mais de colocar essa garotada no mercado de trabalho e nós precisamos de profissionais qualificados, de um corpo docente... pra que isso possa se efetivar cada vez mais, com melhor qualidade... e nós vamos enfrentar esse problema, justamente durante o dia onde nós estamos concorrendo com o mercado...os professores não podem estar em sala de aula por que estão no mercado”.

Outro aspecto relevante nessa relação sinalizado pelos entrevistados se refere à necessidade de efetivação de mais parcerias entre as ETEs e o mercado de trabalho. Tais parcerias são muito proveitosas para atualizar a formação dos alunos às demandas do mercado de trabalho, conforme indica o CNE no Parecer 16/99: “a prática profissional supõe o desenvolvimento, ao longo de todo o curso, de atividades tais como, conhecimento de mercado e das empresas, projetos, estágios e exercício profissional efetivo”. Dessa maneira, prosseguem alguns depoimentos:

“Então eu vejo muito isso, essa é a dificuldade das instituições públicas, você não consegue fazer parcerias e com isso você não consegue trazer novas tecnologias pra serem desenvolvidas dentro da própria instituição. Eu vejo muito essa dificuldade... um exemplo, se a escola tivesse uma probabilidade de fazer uma parceria com uma grande universidade pra trabalhar... o próprio professor poder fazer cursos que venham melhorar, né, se atualizar pro mercado de trabalho e com isso ele pode aproveitar isso dentro da própria instituição, trabalhar com os alunos. Então você vê que até isso é um pouco difícil. Se pudesse abrir isso eu acho que seria um grande avanço pra educação técnica do nosso país”. (Entrevistado O – ETE João Luiz do Nascimento)

“É, eu acho que a parceria com o mercado de trabalho, com as empresas seria o grande meio. Mas a parceria em duplo sentido, a parceria na garantia do estágio, por que o estágio existe, mas ele não é garantido, por exemplo, por que tem certos locais já garantia esse estágio pra ele. Como na década de 80 acontecia muito. Na década de 80, a FAETEC já tinha os locais certos pros seus alunos estagiarem, não precisava hoje o aluno ter que procurar. Então isso depende de quem? Depende de a empresa estar disponibilizando isso, o setor próprio”. (Entrevistado P - ETE João Luiz do Nascimento)

“Em função da obra da Petrobras, por que tem esses dois milhões e meio agora, de reforma pro campus e dois milhões de manutenção durante dez anos. Então com dois milhões de manutenção durante dez anos, eu acredito que, até pelo convênio, a nossa escola vai ser contemplada aí diretamente, a todo o momento, com os laboratórios, nós temos vários laboratórios agora... Então a escola vai enriquecer muito. E junto com a FAPERJ agora... os projetos estão chegando, como eu disse, estão muito... muita expectativa em relação ao projeto de corrosão que está pra sair, o que vai mudar a escola significativamente... todo o contexto... A questão da Petrobras também que já real, já está acontecendo e vai facilitar pro aluno; o aluno vai chegar e vai ter uma escola nova, uma escola limpa”. (Entrevistado Q – ETE Henrique Lage)

“É um nicho que poderia ser melhor explorado se houvesse parcerias, ou seja, uma empresa do governo, por exemplo, sei lá, vou dar um exemplo aí de uma empresa estadual... Só pra dar um exemplo, a CEDAE como uma empresa, uma empresa grande, que também é do Estado e poderia ter uma parceria com a FAETEC que é uma fundação do Estado. Hoje a FAETEC é o órgão do Estado que gerencia todo o ensino técnico. Saiu publicado recentemente no Diário Oficial a determinação e a gente poderia ter aí essa parceria que, não só, permitiria uma melhor qualificação do corpo docente, permitiria dinheiro na escola, permitiria treinamento, permitiria reciclagem e permitira um direcionamento pro mercado de trabalho”. (Entrevistado Q – ETE Henrique Lage)

“Sim, as unidades têm autonomia para fazer parcerias... mas bem restrita, por exemplo, a única forma que eu tenho agora, por exemplo, o caso crucial é isso: a empresa tal fala assim: “eu quero colocar um outdoor na sua escola você gostaria?” Eu adoraria. “olha isso vai render pra sua escola”, mas a verba não entra na escola, fica com a FAETEC. Eu ainda não consegui colocar outdoor e confesso que até me desmotivei a fazê-lo depois que eu vi que o dinheiro não vinha pra cá. Na verdade, quem vai ter que acompanhar tudo aqui sou eu. Dezenove diretores da FAETEC, dezenove escolas técnicas e tem duas que têm outdoor. E a verba nunca entrou pras escolas. Por exemplo, a verba da cantina da escola, a gente está aqui há quatro anos, a gente não recebe um centavo, não vai um centavo pra escola... Escola que vende uniforme.. pra vender uniforme, em parceria, parceria não, contratada mesmo. Não fica um centavo disso... xérox, a papelaria já está fechada há quatro anos, nunca entrou um centavo da xérox da papelaria pra escola. Bom, eles nunca nos dizem, eles só dizem que é verba da FAETEC a gente não sabe nem quanto é que eles pagam pra FAETEC a gente só sabe que na escola, nunca ficou, em nenhuma escola, nunca, em nenhuma escola”. (Entrevistado I – ETE Ferreira Viana)

“O contato com as empresas maiores fica a cargo da Coordenação de estágio mesmo, para solicitar o estágio, tentar fazer convênios. Agora muitas empresas elas vão às escolas, oferecer palestras, pra oferecer cursos. Tem empresas que elas fazem questão dos nossos alunos. E é uma forma depois desse aluno ser aproveitado. Então também depende dessa abertura do grau de relacionamento. Ou docente que o curso tem ou que o próprio coordenador tenha. E aí as escolas podem fazer eventos, workshops, fóruns e palestras”. (Entrevistado D - FAETEC)

O entrevistado Y do mercado de trabalho ratificou a visão dos entrevistados das ETES no que se refere à formação de parcerias, destacando a importância dessas para a formação dos alunos.

“... E a gente também faz uma divulgação pros alunos da FAETEC sobre palestras, teve até uma que tinha uma pessoa do Bradesco que fala sobre mercado de trabalho. A Veiga de Almeida fez uma que veio até um ônibus pegar os alunos, os estagiários daqui, levá-los à Veiga de Almeida, fizeram um tour, palestras, eles souberam de várias áreas, depois teve um lanche. As palestras aqui não são só sobre mercado de trabalho, são também sobre doenças sexualmente transmissíveis... Isso acontece, às vezes, você vê muito nessa idade... ficarem grávidas, as meninas... é importante pra você esclarecer, mas a empresa, como é uma empresa pública a gente não tem um programa de dar treinamento.”

Além disso, no que diz respeito ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, alguns entrevistados citaram a importância do incentivo do Governo Federal à criação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), que têm o intuito de formar técnicos que atendam de imediato às demandas das empresas locais. Nesse contexto o CNE registra no parecer 16/99, que a escola deve conciliar as demandas identificadas, sua vocação institucional e sua capacidade de atendimento. Para isso, os CVTs são implementados a partir do Arranjo Produtivo Local (APL), ou seja, a partir das demandas das empresas/ indústrias da respectiva região. O entrevistado D da FAETEC observa alguns benefícios trazidos pelos CVTs:

“Porque se a política do CVT for mantida como está iniciando, e isso é uma coisa a ser mantida a nível federal, isso é uma coisa que parece que tem recursos federais, do Ministério da Ciência e Tecnologia, eles trabalham em cima do Arranjo Produtivo Local, das APL’s. Aí o que acontece? Tem 2 fatores aí de forma positiva que eu vejo. Primeiro que a inserção desse profissional vai ser no próprio local que ele mora e reside. Um cidadão de Pádua não vai precisar vim arrumar emprego aqui no Rio de Janeiro. Porque se ele faz um curso voltado pra APL de Pádua, como granito, por exemplo, ele depois vai ter empregabilidade nessa indústria que existe lá (...). Agora o CVT trabalha com duas modalidades a princípio. A formação inicial e continuada, que não tem a necessidade do estágio, é formação e certificação e ele vai pro mundo do trabalho, rápida.” (Entrevistado D – FAETEC)

“Se parte do princípio que esse aluno vai ter uma inserção imediata porque se ele tá procurando o CVT pra fazer e ele tá associado à APL local é porque tem demanda de empregabilidade pra ele naquele local”. (Entrevistado D – FAETEC)

“A tendência, não sei se isso vai ser um fato, são coisas que são embrionárias na rede, o CVT começou ano passado, o Secretário tem uma sinalização de ter em curto prazo, setenta e três inaugurados, ou seja, ele quer abranger todo o estado do Rio com essa situação. Só que tem que eu não sei... a tendência disso no meu modo de ver, esse CVT ser o modelo de escola de educação profissional dentro do estado do Rio. Porque ele flexibiliza esse espaço. Ele pode ter hoje uma demanda sinalizada e amanhã ter outra e trabalhar esses ajustes. Por exemplo, você vai implantar uma situação de melhorar a empregabilidade de APL. Mas aí amanhã, a demanda já aconteceu. Não tem mais empregabilidade pra essa demanda. Mas aí, com o progresso daquele local, começou a gerar uma demanda de serviços, por exemplo, aí você pode até criar outros cursos pra serviço. De repente cursos pra gestão, de administração. A coisa é voltada pra atender às demandas, porque mesmo a parte de turismo, hospitalidade que cresceu a cidade vai precisar dessa demanda. Eu acho que é uma forma de você tentar se aproximar do que o mundo do trabalho precisa em termos de formação profissional. Eu vejo com grande positividade essa questão”. (Entrevistado D – FAETEC)

O Entrevistado B da FAETEC compartilha da visão do Entrevistado D, no que se refere à empregabilidade que os CVTs oferecem e à flexibilidade com que podem mudar seus cursos de acordo com as vocações locais. E complementa que os CVTs deverão adicionar às escolas técnicas a necessidade de revisão constante dos cursos para se atualizarem. Dessa forma, coloca o entrevistado B:

“E o CVT, ele não é, em termos de dimensão física, ele não é tão grande quanto uma escola. Exatamente porque ele está atendendo àquela vocação, ele na sua essência, ele é menor. E ele pode mudar essa vocação. Ele não tem essa dimensão de uma escola técnica. Eu acho que ele vai caminhar em paralelo, mas acho que a tendência das escolas de um modo geral é depois avaliarem seus cursos pra verificar se seus cursos estão atendendo à demanda do mercado”.

Nessa relação das ETEs com o mercado de trabalho, o entrevistado E da ETE Ferreira Viana define de forma objetiva, um indicador de articulação da relação das ETEs com o mercado de trabalho:

“Eu acho que o maior indicador que você pode ter, de efetividade de uma escola técnica é o número de alunos inseridos no mercado de trabalho”.

Sobre a formação dos alunos direcionada para o atendimento das demandas do mercado empregador, o entrevistado Y do mercado de trabalho pontuou a necessidade de manter a infra-estrutura dos laboratórios das ETEs para que os alunos possam ter um aprendizado prático antes de atuar diretamente no mercado de trabalho. Dessa forma, observa o entrevistado Y:

“Isso a gente ouviu muitas reclamações, falta um pouco de infra-estrutura nos laboratórios, o que não deveria acontecer e isso com certeza vai afetar o trabalhos deles na prática até pra eles trazerem pra cá um pouco do conhecimento deles...”

Dessa maneira, as entrevistas elucidaram como acontece a relação das ETEs com o mercado de trabalho destacando alguns aspectos harmoniosos que contribuem para essa relação bem como alguns entraves, a serem retomados na conclusão desse trabalho.

4.2. Concepção de competências dos técnicos

Esta categoria elucida as percepções dos profissionais envolvidos tanto na formação (ETEs) quanto na recepção de estudantes (empresas) de ETEs a respeito do conceito de competências que os técnicos devem possuir para atender às exigências do mercado empregador atual.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), no Parecer 16/99, a busca por uma oportunidade de se qualificar por meio de um curso técnico é, na realidade, a busca do conhecimento para a vida produtiva. “Esse conhecimento deve se alicerçar em sólida educação básica que prepare o cidadão para o trabalho com competências mais abrangentes e mais adequadas às demandas de um mercado em constante mutação”.

A pesquisa de campo revelou que os entrevistados em sua maioria, associam o conceito de competência à prática profissional, corroborando a visão de Markert (2000) a respeito do conceito de competência técnica “voltada para o domínio do processo de trabalho”. O depoimento a seguir do entrevistado E da ETE Ferreira Viana, ilustra essa afirmação.

“São feitas reuniões entre os coordenadores técnicos da área e que são avaliadas as condições atuais do mercado, o que determinado componente curricular tem que ter de conteúdo programático... adequando a realidade da escola (em termos de formação de competências) à realidade do trabalho... pra que o aluno possa sair com uma formação atualizada”.

A visão do entrevistado E é complementada pela opinião dos entrevistados I da ETE Ferreira Viana e J da ETE João Luiz do Nascimento:

“A gente tem que ver a questão como um todo inserido no mercado de trabalho... ele (o aluno) tem que ter as competências específicas dentro de cada segmento. Eu acho isso fundamental... a gente vê o *feedback* das empresas, né, por que a gente coloca os estagiários lá e naturalmente gente retorno positivo, ou negativo e tem uma crítica construtiva.”

“Atrelar o ensino técnico mesmo às necessidades do mercado. Eu acho que teria que ver o que, que esse mercado está precisando. Que profissional que ele necessita? Pra gente poder... da mesma forma falar a mesma linguagem. Por que não adianta eu querer ser uma matriz aqui defasada e o meu aluno chegar lá fora e não ter condição de atuar no mercado de trabalho.”

Por sua vez, os entrevistados L e P da ETE João Luiz do Nascimento compartilham com a visão de Dutra (2000) no que diz respeito à atitude e a entrega. Para Dutra (2000) refletir sobre competências significa adicionar aos conhecimentos, habilidades e atitudes (*inputs*), a entrega efetiva (*outputs*) que o indivíduo oferece à organização.

Tais depoimentos também corroboram a posição do Ministério Educação (MEC) no que tange ao conceito de competência relativo ao “saber fazer”, associando o conceito à efetivação de uma ação. Nesse contexto, o MEC destaca que competência não se limita ao conhecer, mas vai além porque envolve o agir numa situação determinada, não sendo apenas saber, mas saber fazer. Segundo o MEC, para agir competentemente “é preciso acertar no julgamento da pertinência, ou seja, posicionar-se diante da situação com autonomia para produzir o curso de ação mais eficaz. A competência inclui o decidir e agir em situações imprevistas, o que significa intuir, pressentir arriscar com base na experiência anterior e no conhecimento”.

Assim opina o entrevistado L da ETE João Luiz do Nascimento:

“O que é competência? “Ah, o aluno tem que saber fazer isso, isso e isso” (...) Ah, o técnico tem que saber fazer isso, isso e isso, ele tem que saber fazer isso, isso e isso”.

Complementa o entrevistado P da ETE João Luiz do Nascimento:

“O ensino técnico sempre trabalhou com competências, habilidades. É ensinar a fazer, né. Construir já é uma questão bem colocada dentro ensino profissionalizante (...) e a gente tem que fazer mesmo... saber o que, que eles (os alunos) têm assim... Quando eles chegam lá fora é isso o que é cobrado, o que eles realmente sabem fazer, não é uma questão mais acadêmica”.

Nesse sentido o MEC conceitua competência como “capacidade pessoal de articular os saberes (saber, saber fazer, saber ser e conviver) inerentes a situações concretas de trabalho”.

Já o entrevistado M da ETE João Luiz do Nascimento registra a questão da responsabilidade associada ao conceito de competência, aproximando-se do conceito de Zarifian (1999) “Competência é a tomada de iniciativa e de responsabilidade do indivíduo em situações profissionais com as quais ele se confronta”.

Outros autores que destacam a responsabilidade associada à competência são Le Boterf (1995) e Fleury e Fleury (2000). O primeiro registra que “competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica em saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado”. Inspirados em Le Boterf (1995), Fleury e Fleury (2000) definem competência de um profissional como: “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”.

Assim, registra o entrevistado M da ETE João Luiz do Nascimento:

“Pessoas competentes são pessoas que estejam integradas com o trabalho. O importante é isso... tem que ter uma equipe e interessada em fazer aquele trabalho com responsabilidade...”

Em contrapartida à visão dos autores citados e dos entrevistados acima, que associam competência à habilidade, o Entrevistado V da ETE Henrique Lage, assevera que competência difere de habilidade. Segundo a opinião do entrevistado V, a competência é adquirida no curso e a habilidade só pode ser adquirida no mercado empregador, conforme segue:

“Cria-se uma confusão, o que, que é habilidade e o que, que é competência. Então, a competência é aquilo que eu falei, é adquirida no curso, a habilidade que é confusa... ele pode ter a competência e não ter habilidade... ele pode ter a competência, mas pode não ter a habilidade pra executar essa competência... quem vai dar essa habilidade aí é o próprio mercado... por que, às vezes, a gente forma o aluno, mas pode ocorrer desse aluno não ter a habilidade pra esse fim, mas a competência ele tem. E ele se formou, ele tem essa competência pra executar, ou não... aí essa habilidade que é meio confusa... Por que aí eu preciso do laboratório pra eu dar... o curso, por que eu vou dar mais habilidade, vou trabalhar as habilidades, eu trabalho competência... eu dou habilidade quando ele faz estágio, mas quando ele faz estágio eu não tenho como medir, quem mede é o próprio mercado, por que aí ele é admitido, ou não, se ele não é admitido pode ter outros motivos, às vezes, a empresa não está em condição de admitir e tal, ou a questão da habilidade... Por que a competência ele continua tendo, ele não tem a habilidade...”

Sobre a questão da certificação para atuação do profissional técnico no mercado empregador, o entrevistado D da FAETEC, destacou que mesmo que o indivíduo possua as competências exigidas para o desempenho de suas funções, seja por ter adquirido informalmente ou por meio de cursos, ele precisa da certificação, pois os Conselhos que certificam as profissões fiscalizam o exercício profissional. Dessa forma nessas situações o aluno deve pedir equivalência que segundo o entrevistado D da FAETEC:

“É uma situação que permite o profissional que não fez o curso técnico, que fez o ensino médio, trabalhe... por exemplo, (...) a empresa vai dando uma série de cursos ao longo da vida que ele vai criando um perfil de um profissional da área mecânico-industrial, só que tem que ele não tem a certificação. Aí ele procura a equivalência. Então ele chega na empresa, tem um profissional lá supervisionando o serviço e não tem o registro, a empresa é autuada. Então as empresas tentam trabalhar com isso. O próprio Ministério do Trabalho também cobra esse tipo de coisa, se a pessoa está certificada e habilitada pra exercer aquele trabalho. Tem alguns trabalho principalmente na área da indústria que a certificação é importante porque comprova.... as vezes a pessoa é de fato e não de direito. De fato ele tem as competência e habilidades e por direito ele também tem a certificação dele.”

Por sua vez, o entrevistado Z do mercado de trabalho define competência técnica como “possuir a habilidade e a atitude necessárias” ao desempenho das suas funções, conforme segue:

“(…) eu acho que seria a habilidade e a atitude. Acho que é o que você espera que o profissional vá apresentar de mão, né, a priori..., eu acho que é o arcabouço que se espera que ele te apresente.”

Assim, o entrevistado Z corrobora a opinião de alguns autores, tais como Dutra (2000) no que se refere às habilidades e atitudes, para o qual refletir sobre competências significa “adicionar aos conhecimentos, habilidades e atitudes (*inputs*), a entrega efetiva (*outputs*) que o indivíduo oferece à organização”.

O Ministério da Educação (2000), Le Boterf (1995) e Fleury & Fleury (2000) também adicionam os ingredientes habilidade e atitude ao conceito de competência:

“Competência para a laborabilidade é a capacidade de articular, mobilizar e colocarem ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”. (MEC, 2000)

“Competência é um saber agir responsável e que é reconhecido pelos outros. Implica em saber como mobilizar, integrar e transferir os conhecimentos, recursos e habilidades, num contexto profissional determinado.” (Le BOTERF, 1995).

“Um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”. (FLEURY & FLEURY, 2000).

Por sua vez, Zarifian (1999) compartilha desse conceito no que concerne às “competências sociais” ao descrevê-las como “saber ser, incluindo atitudes que sustentam os comportamentos das pessoas”, identificando três domínios destas competências: autonomia, responsabilização e comunicação.

No que diz respeito à obtenção das competências dos estudantes do ensino técnico para que se insiram no mercado de trabalho, o entrevistado Y do mercado de trabalho ressaltou o fato de que um estagiário não precisa entrar no mercado empregador com as competências necessárias para preencher os requisitos da vaga já que ele entrou no mercado justamente para obter o aprendizado necessário. Assim, segue o trecho da entrevista onde entrevistado Y descreve tal posição:

“(...) a pessoa da área diz: “ah, mas eu preciso de uma pessoa que conheça informática, que saiba mexer com Excel, com Word, não sei o que e tal...” aí a gente fala assim: “quer um que saiba mexer com AutoCAD se for de edificações? (...) você quer o que? Você quer um profissional, você não quer um estagiário, por que o estagiário não tem obrigação de ter todo esse conhecimento. O cara está aqui, pra exatamente poder aprender, não só aprender aquela parte técnica, mas a parte de vivência também...”

No caso do profissional, para o entrevistado Y do mercado de trabalho, ocorre o inverso. Espera-se que este entre no mercado habilitado, com as competências necessárias para o preenchimento do perfil da vaga, que varia de acordo com a área de formação. Ou seja, a expectativa do mercado é de que a escola técnica forme o aluno de acordo com os requisitos necessários para atuar no ramo profissional escolhido. No entanto, o entrevistado Y destaca que tal formação depende da vontade, da pro atividade do aluno, conforme observa:

“Quer dizer, não estou dizendo que sejam todos... mas, por exemplo, quando o cara é de uma área... diz assim: “ah, eu preciso de uma pessoa com qualificação assim...” eu digo: “oh, isso aí é impossível... eu posso arranjar alguém que tenha alho assim...” até por que a escola, né, a escola técnica, ela, em princípio deve ter um laboratório de informática. A gente imagina isso já que ela está formando um técnico em informática. Agora, um técnico em administração, ou um técnico em contabilidade, conhecer um Excel, por exemplo, ou um em administração, conhecer o Word, né, isso aí eu posso até presumir que saiba por que ele deve ter um computador em casa, ou se vai numa *lan house* e utiliza esse conhecimento, ou então, ele conhece mesmo, mas eu não vou obrigá-lo a saber, a ter esse conhecimento profundo, então, essa questão da excelência que você está falando, eu acho que depende muito da pessoa, acho que dependerá muito do aluno... da pro – atividade dele...”

No que se refere aos tipos de competência, o entrevistado Z do mercado de trabalho, faz uma distinção entre a competência técnica (desempenho das funções específicas do trabalho) e a comportamental, que o entrevistado chama de relacional. Na sua visão, as competências relacionais são mais importantes na hora da seleção e da avaliação, seja do profissional ou do estagiário. Conforme segue:

“(...) isso está sendo cada vez mais valorizado, essa outra competência (relacional), então, se você tem um profissional que está participando de uma seleção e aí precisa de uma estagiário, ou de um profissional já formado... ele tem uma competência técnica muito elaborada, você percebe que ela já tem uma capacitação muito boa, do ponto de vista técnico, mas se você percebe que numa situação... numa dinâmica de grupo, por exemplo, numa simulação de uma situação, ele não vai muito bem, e você, por outro lado tem outro na situação inversa, em geral você vai optar por aquele que tem uma certa deficiência na parte mais técnica, mas se apresenta, se relaciona bem, que sabe se associar num grupo que tem a tendência de ouvir o outro e não de se colocar isoladamente... a gente percebe isso cada vez mais, ah tá, competência técnica você consegue sentar numa sala de aula e passar e incrementar, mas a competência relacional não, você não vai pegar um livro pra aprender a se relacionar com pessoas, trabalhar em grupo, né, então... é uma coisa que vem com a experiência...” (Entrevistado Z – mercado de trabalho)

“Pedi pra fazer, sei lá, alguma coisa técnica e ele não sabe” (uma planilha...), em geral não é assim. Em geral, é até nesse caso, “ah, ela nem correu atrás pra saber”, nunca se espera que ele tinha que saber essa planilha... não, ele podia ter me perguntado que eu ia falar... Tem a ver sempre com atitude... com a postura, com o relacionamento do que com a própria competência técnica mesmo.” (Entrevistado Z – mercado de trabalho)

Dessa forma, verifica-se que os entrevistados de maneira geral associam competência à capacidade de laborabilidade dos indivíduos, relacionando competência a aspectos como atitude, habilidade, responsabilidade, entrega e à efetivação de uma ação. Assim, os entrevistados têm uma visão sintonizada com a das entidades reguladoras no tocante à definição e entendimento da importância do conceito de competência para o alinhamento das ETEs com o mercado de trabalho.

4.3. Configuração do papel do ensino técnico

Esta categoria refere-se ao entendimento dos entrevistados da FAETEC, mantenedora das ETEs, das próprias escolas técnicas estaduais e do mercado empregador a respeito do papel do ensino técnico no tocante à formação de alunos preparados para atuar no mercado de trabalho. Bem como revela alguns fatores facilitadores e entraves ao desempenho desse papel.

O entendimento dos entrevistados da FAETEC quanto ao papel do ensino técnico é de que este deve ser voltado para formar alunos que atendam às demandas do mercado de trabalho, em sintonia com que o MEC estabelece nos Referenciais Curriculares da Educação Profissional de Nível Técnico que destaca o caráter de formação para o trabalho do ensino técnico. Assim prossegue o MEC: “cada instituição deve poder construir seu currículo pleno de modo a considerar as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico com flexibilidade e a atender às demandas do cidadão, do mercado de trabalho e da sociedade.”

Das entrevistas analisadas, uma das questões destacadas foi relativa à pesada carga horária de formação das modalidades de ensino integrado e concomitante que, segundo os depoimentos, pode ser uma das razões para o abandono dos cursos pelos alunos, ocasionando uma falta de cumprimento de seu papel pelo ensino técnico de formar técnicos para o mercado.

Segundo o entrevistado A foi realizado um estudo na FAETEC onde se verificou que o maior índice de evasão ocorre na modalidade de ensino concomitante. Apesar disso, se faz importante retomar a definição das modalidades de ensino técnico para um melhor entendimento da questão:

- I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso.
- III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Dessa maneira, prossegue o entrevistado A da FAETEC:

“O que acontece...no ensino técnico é que a carga da formação geral é pesada. E aí os alunos não agüentam ver mais duas cargas e, como a nossa atenção é o ensino técnico, a gente não cumpre a nossa função, de formar técnicos. A gente não tá aqui pra formação geral, então é necessária uma revisão da grade. Isso envolve cortar quantos professores, olha que é economia pro Estado. E ele (o aluno) também não fracassa tanto porque a matéria não é muita e conclui os dois, mesmo sendo concomitante. Então eu acho que a gente tem que (...) ver também essa carga horária da grade curricular. Se essa carga tão pesada também não tá levando o aluno a abandonar o ensino.”

A respeito dessas modalidades de ensino envolvendo a articulação entre o ensino médio e técnico, o CNE, no parecer 16/99, destaca o caráter de desenvolvimento de autonomia intelectual do aluno do ensino médio. E complementa, afirmando que a preparação básica para o trabalho, no ensino médio, deve incluir as competências que darão suporte para a educação profissional específica.

Nessa medida, a “articulação” é a nova forma de relacionamento entre a Educação Profissional e o Ensino Médio (BRASIL, 2008(f)).

No entanto, as entrevistas revelaram que das três modalidades normatizadas de articulação entre os ensinos médio e técnico, a modalidade de ensino concomitante pode ser uma das razões da evasão dos alunos, prejudicando a conclusão do curso.

Outra questão que emergiu das revelações do campo diz respeito ao fato de que a necessidade de realização de estudos de vocações locais para que as escolas de cada região preparem os alunos de acordo com as demandas locais. Assim, opina o entrevistado B da FAETEC:

“Foi anteontem que eu peguei uma entrevista de uma profissional do SENAC, que é ligada a uma empresa, ... uma fala dela que me chamou atenção. Dizia que não tem mão-de-obra qualificada pra esse setor. Há necessidade de se investir cada vez mais na formação nessa mão-de-obra. Aí o ensino técnico passa a ser fundamental. Eu acho que hoje, o ensino técnico tem que ser o carro-chefe e não a educação superior. (...) Faculdades que estão sendo reprovadas, principalmente as faculdades de direito, tem que diminuir o número de alunos, porque simplesmente a OAB não está reconhecendo os cursos. E a questão, tem muito doutor e pouco técnico pra atender a demanda. Por outro lado também tem cursos técnicos que tão saturados em relação ao mercado de trabalho. Há a necessidade também de se levantar, qual a necessidade do mercado tendo em vista as áreas novas que surgiram, e principalmente nessas áreas a gente não tem mão-de-obra qualificada.

“Eu acho que o caminho vai ser adequar à escola técnica à questão da vocação. A escola técnica foi criada sem nenhum levantamento de nada, da necessidade de vocação, de arranjo, de nada.”

O CNE, no parecer 16/99, ratifica essa necessidade ao registrar que “as habilitações correspondentes às diversas áreas profissionais, para que mantenham a necessária consistência, devem levar em conta as demandas locais e regionais, considerando, inclusive, a possibilidade de surgimento de novas áreas”. Além disso, o CNE observa que a criação de novos cursos não deve se limitar a meros modismos mercadológicos e sim surgir a partir da atenção às novas demandas e situações respondendo de forma adequada, sem sucumbir a apelos circunstanciais e imediatistas.

O entrevistado C complementou a visão do entrevistado B observando que atualmente existe uma carência de profissionais especializados (técnicos) no mercado empregador e destacou que a escola técnica deve caminhar junto às demandas do mercado, não como submissa a esse, mas sim cumprindo seu papel de educação e formação dos alunos para progredirem.

Dessa forma, segue sua visão do entrevistado C da FAETEC:

“O técnico especificamente, o que, que a gente tem aí no mercado? Tem uma carência de profissional especializado (do aluno). Porque, o que, que acontece? Com essa coisa da tecnologia, do avanço... precisa contar com especialistas e gerentes é uma coisa meio dúbia, né, você precisa do especialista que tem que dominar aquilo ao mesmo tempo ele tem que ter uma visão bem ampla pra poder se adequar às modificações já que o processo vive em transformação. Qual é o papel hoje da escola técnica? Ela tá afinando com essa questão do mercado. Mas não vejo que ela deva ser submissa ao mercado, pelo contrário. Que a gente promove a transformação dentro da educação. Você tem que formar, cada vez mais, profissionais que tenham a base dessas especificidades, mas que tenham condições de caminhar, de progredir.”

Nesse sentido o CNE, no parecer 16/99, registra que a educação profissional não se concebe como um simples instrumento de política assistencialista ou linear, ajustando-se às demandas do mercado, mas sim, “como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade”. Segundo o CNE, a educação profissional superou um caráter de preparação para execução de tarefas passando a envolver a “compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões”.

Prosseguindo com as revelações do campo acerca do papel do ensino técnico, o entrevistado C da FAETEC relatou que o papel do ensino técnico abrange o acompanhamento de indicadores, as aulas de nivelamento para que gradativamente possam ser acompanhadas as competências adquiridas por aluno requeridas em cada etapa do ensino. A respeito disso, o CNE registra que a modularização dos cursos deve proporcionar flexibilidade às instituições de educação profissional observando que cursos, currículos e programas poderão ser permanentemente estruturados, renovados e atualizados possibilitando o atendimento das necessidades dos alunos “na construção de seus itinerários individuais que conduzam a níveis mais elevados de competências para o trabalho.”

Nesse sentido, de acordo com o entrevistado C da FAETEC, existia um acompanhamento bimestral que está sendo modificado para trimestral e, os alunos que estão com os níveis de aprendizado, abaixo dos requisitados para aquele período, são inseridos em programas de nivelamento. Assim, pretende-se corrigir os problemas gradualmente, evitando-se o alto índice de repetência e a falta de aprendizado efetivo, problemas crônicos verificados ao final do ano letivo.

Dessa forma, observa o entrevistado C da FAETEC:

“A gente tem um trabalho que é feito bimestralmente, agora não, porque a gente mudou o sistema pro novo regimento, não vai ser mais bimestral, vai ser trimestral... as escolas tão fazendo isso pra acompanhar o desenvolvimento do aluno. Com os resultados ao final do ano a escola manda pra gente o consolidado, ou seja, quantos alunos foram aprovados, quantos alunos foram reprovados, quantos ficaram em dependência, quais são as disciplinas com maior índice de reprovação... E aí com esse trabalho de você tá mesmo estruturando. e coletando os dados. O que, que levou a acontecer? Você não tinha aquele dado levantado, fechado e não tinha um tratamento pra ele e isso é que a gente começou a trabalhar com os Diretores pra criar essa cultura, mesmo, de ta fazendo essas questões e aí, começou de uma forma muito legal. Por quê? Eles começaram a levantar detectar problemas... o que, que a gente percebeu de melhoria, a gente percebeu que as direções, as gestões, agora têm dados e conseguem enxergar melhor a situação e através dos dados, até, propor alternativas pra eles. E aí, a gente ta trabalhando com a seguinte proposta: nós fizemos uns indicativos do poderia ser feito e cada escola de acordo com a sua realidade, com o número... com as disciplinas aonde tem o maior índice de repetência, com as condições físicas, por exemplo, de ter uma sala como aula de apoio, ou não ter uma sala disponível. Eles montaram um programa de nivelamento. (...) Então se você pára, identifica qual é o problema e dá um tratamento pra ele, o que, que você tem de resultado? Você não vai ter o problema lá na frente, você vai conseguir acompanhar. (...) Então, o objetivo é fazer, realmente, um trabalho preventivo, então, em função desses indicadores, desse tratamento desses indicadores a gente começou a instruir, obviamente, que ainda é, vamos chamar de amador. Por quê? Porque a gente ta tendo escolas em obra, tendo que ir pra outro lugar, não tem sala de aula disponível, às vezes, não tem carga horária de professor disciplina excedente, que pode ser utilizada. Então, o que, que a gente fechou em reunião? Que cada escola, dentro das suas possibilidades, e com esses indicativos ia construir o seu projeto e que a gente ia ta caminhando com o futuro”.

Complementando tal registro, o MEC (2000), nos Referenciais Curriculares, destaca que como forma para o tratamento das questões de competências a serem desenvolvidas pelo ensino técnico, se for necessário, deve-se obter a recuperação das mesmas, em etapas ou módulos de entrada ou de nivelamento de bases, por exemplo, são previsíveis, considerando as atuais condições e os resultados ainda insatisfatórios da educação chamada geral.

Assim como os entrevistados da FAETEC, os entrevistados das ETES foram unânimes no que diz respeito ao papel do ensino técnico de formação de alunos aptos a ingressar no mercado de trabalho.

Nesse sentido, importante se faz ressaltar alguns trechos das entrevistas com as percepções dos entrevistados sobre o papel do ensino técnico.

O entrevistado E da ETE Ferreira Viana destaca que o técnico tem um papel intermediário, atuando como interface entre o graduado e o operário. Conforme segue:

“... a visão do técnico é exatamente ser o trabalhador capaz de fazer o meio de campo entre o engenheiro, a interface, e o operariado de uma forma geral. E um técnico, ele vai o que? Aquele camarada que tem o conhecimento de saber ler diagrama, de saber interpretar um desenho, de saber conversar com um engenheiro em funções técnicas e também ser capaz de conversar com o operariado no jargão do operariado, ou seja, conseguir falar com o operário a linguagem que o operário entende, que muitas das vezes é difícil dele...” estudar pra que? Sei lá disso aí.”

O entrevistado Q da ETE Henrique Lage corrobora com a opinião do entrevistado E da ETE Ferreira Viana quanto ao papel intermediário do técnico e complementa observando que atualmente existe uma atração pelo ensino técnico tendo em vista a demanda das empresas por trabalhos bem específicos que exigem habilidades técnicas, conforme segue:

“Dentro da formação do ensino médio, regular e pula para a formação, de graduação, formação superior e fica uma lacuna. Fica uma lacuna por que, hoje, essa formação técnica, ela é necessária. Então, eu vejo como uma carreira de sucesso pros nossos alunos. Há pouco tempo aí surgiu um concurso pra Petrobras pra nossa área aqui... eletrônica, eletro técnica e um número imenso de vagas na área técnica. Por que você hoje não tem, quase, o profissional técnico, por que em função do vestibular e por uma escola técnica não preparar, entre aspas, para o vestibular, muitos optaram, isso há alguns anos atrás, pela formação regular e o vestibular. Mas até com a divulgação, nos últimos anos aí, em relação à necessidade da profissionalização técnica nesse tipo ensino... a procura está muito grande nesses cursos e eu vejo que o mercado de trabalho está muito bom nesta área. Às vezes, por que, você tem a mão operária, e você tem graduados. E o técnico? Quem é que vai ficar no intermédio, aquele que tem o registro? Que pode atuar? Ele não vai atuar na responsabilidade do graduado e o operário não pode ... porque para determinados projetos, precisa ter formação técnica. E até, eu vejo pelo nosso setor de estágio, a busca realmente está grande né, pelas empresas, então hoje é um sucesso o setor.”

Alguns entrevistados reforçaram tal atração que o ensino técnico tem exercido nos indivíduos no que se refere à empregabilidade. Assim seguem alguns trechos das entrevistas:

“Ele acaba entrando pra um segmento especializado altamente remunerado e ele chega num momento que ele verifica que não é interessante ele deixar de ser técnico, por que como engenheiro, como profissional de nível superior ele não vai ganhar o que ele já tá ganhando como técnico... Se você for hoje fazer isso essa pergunta na Petrobrás você vai encontrar um monte de técnicos executando função de supervisão, mas por uma questão de política interna, né. O regimento da empresa, não pode mais gente fazer concurso interno, tem que ser engenheiro, então ele está como técnico, com um salário acima de engenheiro do inicial de engenheiro no mercado e ele acaba numa encruzilhada. O que, que eu faço, eu vou começar de novo uma carreira de engenheiro, ganhando menos, ou continuar na situação que eu to, estável, que eu já ganho bem, numa empresa de porte e que eu ainda tenho chance de crescer?” (Entrevistado E – ETE Ferreira Viana)

“Essa questão da importância do curso técnico né... eu complementaria com a rapidez da inserção no mercado de trabalho. O curso técnico hoje talvez seja a maneira mais curta de ingressar, iniciar sua carreira. Nós temos experiências fantásticas. Temos aqui alunos que saíram com 17, 18 anos e entraram no mercado de trabalho. Embora com toda essa popularização que o ensino superior ta tendo nos últimos anos, né... é fantástico ver um garoto de 19 anos, e graças a Deus nós temos essa experiência, de ver bem empregado daí ele poder iniciar sua carreira profissional.” (Entrevistado F – ETE Ferreira Viana)

“Eu acho que o país hoje, ele está crescendo muito. Então, as pessoas, às vezes, pensam assim: “ah... curso superior”. Só que entre o curso superior... antes você tem o curso técnico que te traz, às vezes uma oportunidade de emprego, às vezes até maior do que o curso superior. Determinadas área têm um retorno bem interessante mesmo em termos de dinheiro... O aluno, ele pensa assim, às vezes, “professor, mas o técnico ganha quanto?”, ele tem interesse. Então, eu vejo que, às vezes, é o caminho mais fácil, às vezes, até ele pode usar o curso técnico pra financiar o curso superior dele, já estando dentro do mercado de trabalho. E o que a gente vê hoje assim, lendo é que existe no Brasil uma carência de mão de obra muito grande, às vezes, você tem emprego, mas não tem o pessoal qualificado tecnicamente.” (Entrevistado M– ETE João Luiz do Nascimento)

“O papel do ensino técnico é o de garantir a formação para um trabalho logo após o 2º grau, ou concomitante a esse, onde nós estamos hoje com muita dificuldade para muitos alunos chegarem à formação de 3º grau (superior). Então, quando o aluno consegue chegar a um 2º grau tecnicamente, quer dizer, com uma formação técnica, eu acho que ele consegue garantir mais rapidamente um emprego, está formado para um emprego. São poucos aqueles que conseguem chegar ao 3º grau e ainda esperar por um emprego e poder ainda estar... Então, eu acho que é muito importante essa visão que os alunos acabam tendo de que, procurar um curso é para a sua formação mesmo de começar a trabalhar logo”. (Entrevistado S – ETE Henrique Lage)

Assim como visto nos trechos das entrevistas acima, o ensino técnico tem sido mais atrativo para jovens e adultos que procuram se inserir no mercado, reafirmando os resultados da pesquisa divulgada pelo Educacenso¹ sobre o crescimento no número de matrículas no ensino profissionalizante em 2008.

Outro aspecto levantado pelos entrevistados sobre o papel do ensino técnico se refere ao caráter social desse, de não somente formar profissionais, mas também cidadãos. A respeito disso, o MEC, nos Referenciais Curriculares da Educação Profissional de Nível Técnico, destacou que um dos pontos da atual configuração da educação permeia a preparação geral para o trabalho como dimensão da cidadania. Em complemento, o CNE, no parecer 16/99 registra que a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, trabalho e tecnologia, desenvolve aptidões para a vida produtiva na perspectiva de que o indivíduo possa exercer plenamente a sua cidadania.

¹ Disponível em <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/01/15/ult105u7474.jhtm>. Acesso em 8 de fevereiro de 2009.

Dessa maneira, corrobora o entrevistado J da ETE João Luiz do Nascimento:

“eu acho, no ensino técnico, não só o ensino técnico, o ensino médio, o ensino de um modo geral, seria, eu acho que, formar o cidadão mesmo pra participar da sociedade enquanto cidadão. Por que eu acho que o que está faltando e, justamente, essa questão da condição de formar o cidadão. Eu penso que os jovens hoje, a gente não tem tanto compromisso com a cidadania, né. E o que seria essa cidadania? De atuar mesmo enquanto sujeito na sociedade em que ele vive.”

Outra perspectiva registrada pelo entrevistado J da ETE João Luiz do Nascimento sobre o papel do ensino técnico é de que existe uma dificuldade de cumprimento desse papel devido à defasagem de conhecimento dos docentes, conforme relata:

“Tudo bem eu acho que esse modelo que nós temos na FAETEC atual de ensino técnico... eu acho que está defasado, eu acho que não prepara não. Eu penso que não prepara, por que aqui nós temos a seguinte dificuldade: o menino do ensino técnico, ele chega ao terceiro ano com dificuldades de conseguir estágio... Aí, volto também na questão da defasagem de conhecimento dos profissionais. Eu acho que pra ele, esse modelo, pra ele se atualizar, pra ele (o aluno) se adequar à realidade; os profissionais também teriam que se atualizar.”

Nesse sentido, o CNE, no parecer 16/99 aponta a extrema importância da formação adequada do professor para o cumprimento do papel do ensino técnico de formação de indivíduos preparados para o mercado de trabalho. Assim, observa o CNE: “não se pode falar em desenvolvimento de competências em busca da polivalência e da identidade profissional se o mediador mais importante desse processo, o docente, não estiver adequadamente preparado para essa ação educativa”. E conclui: “Para o desenvolvimento dos docentes a escola deve incorporar ações apropriadas no seu projeto pedagógico. Outras instâncias de cada sistema de ensino deverão, igualmente, definir estratégias de estímulo e cooperação para esse desenvolvimento, além da própria formação inicial desses docentes”.

Por sua vez, os entrevistados do mercado de trabalho ratificaram o papel do ensino técnico de formar técnicos que atendam às demandas do mercado de trabalho, assim como os entrevistados da FAETEC e das ETEs, em sintonia com que o MEC estabelece nos Referenciais Curriculares da Educação Profissional de Nível Técnico que destaca o caráter de formação para o trabalho do ensino técnico.

Dessa maneira, o entrevistado Y do mercado de trabalho observa que os alunos do ensino técnico são mais atrativos para o mercado por terem uma formação voltada para a prática. Assim, prossegue o entrevistado Y:

“Então, a competição entre um aluno de ensino médio de formação geral e do técnico, eu acho que ela fica um pouco desigual porque o aluno de uma escola técnica, ele tem matérias, né, que muitas vezes, até eles falam que são, sei lá, quinze matérias, que podem abrir um leque pra ele trabalhar não só na área, mas ele pode trabalhar em duas, três empresas particulares, públicas... Então, ele tem uma oportunidade maior de colocação no mercado... E eu acho que é mais competitivo sim e eu acho que melhora muito a qualidade do aluno, né, quer dizer, a qualidade daquele profissional que está tentando se inserir no mercado.

E eu acho que o mercado já procura mais os alunos de escolas técnicas pra poder atender uma demanda de trabalho mesmo de... melhor qualificação, vamos dizer, para o atendimento ao trabalho que ele vai executar dentro da empresa...”

Já o entrevistado Z do mercado de trabalho ressalta a importância da experiência do estágio na empresa para a formação do aluno:

“Ele (o aluno) está lá na escola, na vida acadêmica e pode trazer esse conteúdo pra empresa, mas a empresa por meio do estudante também pode incrementar a formação e eu achei interessante essa perspectiva por que o estudante que está sentado numa sala de aula escutando o conteúdo sem estar atuando, certamente, ele vai ter uma percepção diferente daquele outro que está lá colocando a mão na massa e pode contribuir para aquilo. Então, eu acho que isso poderia acontecer mais.

Se um estudante ali está tendo essa experiência prática, se ele coloca alguma coisa, dá um exemplo, enfim, trás alguma prática da empresa que ele está atuando, ele vai contribuir não com a formação dele, mas com todo mundo, como um todo, então eu acho que esse caminho, assim, poderia ser mais incrementado...

Nesse sentido tais entrevistados corroboram a visão do CNE, no parecer 16/99, que destaca a importância da experiência prática para a formação do técnico, registrando que a prática profissional constitui e organiza o currículo e devendo a ele ser incorporada no plano de curso. Segundo o CNE, o ensino deve contextualizar competências, visando significativamente à ação profissional.

Além disso, entrevistado Z do mercado de trabalho registra a importância da articulação entre a teoria e a prática, ressaltando a integração da vida acadêmica escolar à vida profissional. Assim, prossegue:

“A sensação que eu tenho é que ainda é um pouco segmentado e aí eu acho que dá pra dizer isso da educação como um todo. Dá a impressão que fica um nicho acadêmico aqui e a lógica do trabalho de outro lado, a gente até fala muito sobre isso, fala sobre o programa de estágio como um todo. Acho que o objetivo seria exatamente tentar romper com essa lógica dualista, né. Assim, o interessante seria que a academia falasse um pouco mais dessa prática e que o mercado de

trabalho se voltasse um pouco mais pra academia. Acho que num âmbito técnico também isso acontece.

A gente já ouviu falar de palestras nas escolas técnicas pelo mercado de trabalho, então, assim, eu acho que tem essa preocupação sim, de estar ajudando o aluno nessa inserção, o que, claro implica em você falar pra ele dessa lógica do trabalho, o mercado de trabalho como um todo e tal... Mas acho também que está incrementando”.

Assim, verificou-se que a formação do técnico está diretamente associada à prática, ao saber fazer. Nesse sentido, no que se refere à formação de competências dos técnicos, diversos autores associam competência ao saber fazer, à atitude, à ação (FLEURY & FLEURY, 2000; LE BOTERF, 1995; DUTRA, 2000; MARKERT, 2000; ZARIFIAN, 1999; CNE, 1999). Como registra o CNE “Ser competente é ser capaz de mobilizar conhecimentos, informações e até mesmo hábitos, para aplicá-los, com capacidade de julgamento, em situações reais e concretas, individualmente e com sua equipe de trabalho”.

Os entrevistados Y e Z do mercado de trabalho ao discorrerem sobre a preparação dos alunos pelas ETEs compararam a formação desses com os alunos preparados pelo ensino médio concluindo que os alunos do ensino técnico atendem a expectativa da empresa de forma diferenciada em relação aos do ensino médio. Ambos os entrevistados ressaltaram que os alunos das ETEs possuem competências específicas para a área em que optaram do mercado de trabalho, diferentemente dos alunos do ensino tradicional que possuem uma formação generalista.

O entrevistado Y complementou, observando que a formação geral pode acarretar em uma falta de comprometimento dos alunos com o trabalho no qual foram alocados, pela falta de identificação com o trabalho, na sua visão. Assim, o entrevistado Y do mercado de trabalho prossegue:

“... E os supervisores sempre achavam também, elogiavam muito o trabalho, ou a qualidade dos alunos da FAETEC, de uma maneira geral, né, quer dizer, às vezes, eram melhores que... a gente até começou a usar alunos de formação geral também, né... vemos uma diferença.

Certamente por que eles têm... (os alunos da escola técnica), um objetivo. Os alunos de ensino médio normal, de forma geral, não conhecem o mercado e não... quer dizer, não querem trabalhar, eles não têm... “ah, eu estou fazendo técnico em administração por que eu quero fazer administração... ou... ah, não; eu não sei; eu to querendo ver uma série de coisas...” então, fica muito espalhado, eu acho que não tem muito compromisso, às vezes”.

O entrevistado Z do mercado de trabalho destacou que a formação técnica é uma vantagem por possuir um caráter prático. Assim, colocou que na sua empresa, só são aceitos alunos do ensino técnico para estágio, pois existe uma preocupação dessa empresa de aproveitamento dos alunos de acordo com a formação específica desses. Dessa maneira, a tendência seria aproveitar os alunos de formação geral para trabalhos operacionais como atender ao telefone, o que não é bem visto por esta empresa. Assim, aponta o entrevistado Z:

“Eu imagino que essa decisão de não usar os estudantes de formação geral tenha sido pela preocupação do aproveitamento desse estagiário como mão de obra. Na ocasião a idéia que a gente tem é que tenha se entendido que o aluno de formação geral, ele não vai ter aqui nenhum aprendizado de objetivamente, de matemática, de geografia, depende da área onde ele estiver... a tendência muito grande que ele ficasse numa área operacional. (...) “Ah, você não é técnico em contabilidade, você não é técnico em informática, então senta aí e atende o telefone”... então, essa não é a proposta, a gente ficou meio com receio, acho que a gente não descartou por completo a possibilidade, principalmente depois disso estar frisado agora com a nova lei...”

Nesse contexto o entrevistado Z do mercado de trabalho está sintonizado com o que normatiza o CNE, o qual esclarece que não há dissociação entre teoria e prática. O ensino técnico deve contextualizar competências, visando significativamente a ação profissional.

Dessa forma complementa o CNE, “a prática profissional supõe o desenvolvimento, ao longo de todo o curso, de atividades tais como, estudos de caso, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas individuais e em equipe, projetos, estágios e exercício profissional efetivo”.

4.4. Formação técnica

Esta categoria revela as percepções dos entrevistados das escolas técnicas estaduais acerca do papel do professor e do papel do aluno para a formação de técnicos preparados para atuar no mercado de trabalho.

Assim, procurou-se verificar em que parâmetros o professor contribui para a formação do aluno e como se desenvolve a relação do professor com a unidade de ensino técnico, bem como procurou-se investigar até que ponto a contribuição do aluno, enquanto esforço próprio, é um diferencial para sua inserção no mercado, independente da contribuição da instituição para a sua formação. Identificou-se também como se desenvolve a relação do aluno com a unidade de ensino técnico.

Dessa forma, essa categoria está subdividida em duas seções: o papel do professor na formação técnica e o papel do aluno na formação técnica.

4.4.1.

O papel do professor na formação técnica

De maneira geral, as entrevistas revelaram que o papel do professor pode ir além da formação do aluno em sala de aula. Em alguns depoimentos foram registrados exemplos de próatividade dos professores auxiliando na busca de convênios para estágios, no acompanhamento de indicadores como os de reprovação e evasão e tomando medidas preventivas e corretivas para o sucesso da formação do aluno, entre outras situações de engajamento.

Nesse contexto, o MEC nos Referenciais Curriculares ratifica um papel mais dinâmico e abrangente do professor, destacando os seguintes itens:

- desenvolver problemas, desafios situações que estimulem o desenvolvimento das competências dos alunos, de forma criativa e pro ativa;
- zelar pela aprendizagem dos alunos;
- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Diante disso, verificou-se que alguns entrevistados estão sintonizados com os Referenciais Curriculares normatizados pelo MEC no que se refere ao papel múltiplo e flexível do professor. Assim, seguem alguns depoimentos:

“Nós verificamos na Escola Oscar Tenório que as turmas do concomitante noturno, aqueles alunos que ingressavam ao mesmo tempo pra fazer ensino médio e técnico, as turmas começavam com 60 alunos e nós começamos a perceber em anos seguidos que a 4a série tinha 6, 5, 2, 7 alunos. Alguns cursos 2 alunos ...aí nós percebemos que os 4 anos era muito tempo pro aluno permanecer.... Aí nós solicitamos a FAETEC, isso foi em 2004, que a gente pudesse ir terminando esse curso concomitante e implantasse a noite o subsequente, que é o que a gente chama de pós-médio. Porque a gente percebeu que esse índice de evasão estava muito alto? Quem fez essa análise? Foi o professor de estatística. Ele percebeu no curso dele, ... eu era coordenadora e o outro professor de contabilidade também e então a gente fez esse levantamento conjunto. A escola pode fazer isso e ela pode sinalizar. Depende muito do coordenador, se o coordenador é mais ativo, se está mais presente, essas coisas assim. Agora, ela não vai tomar atitudes isoladas. “Ah eu vou fazer isso em função do que eu obtive de dados”. Não. Ela está subordinada a FAETEC. Vai dizer se ela pode ou não e como fazer.” (Entrevistado Y – mercado de trabalho)

“Esses alunos que eram oriundos do fundamental tinham muita dificuldade. Nós conversamos com a supervisão da escola, coordenação técnica, e tentamos reforçar aulas pra diminuir essa defasagem que eles tinham em relação principalmente a matemática e português. Aí nós colocamos a disposição, por exemplo, professores que tinham a diminuição de carga horária porque eram coordenadores de disciplina. E os professores se prontificaram a usar esses tempos pra dar aulas de apoio. Funcionou um tempo, depois os alunos perderam o interesse, mas se percebeu que alguns alunos tiveram um ganho. Então essas atitudes elas podem ser feitas. As escolas podem perceber. Lógico que você tenha professor pra isso. E aí você até justifica. (...) O que se coloca é “o que se pode fazer pra de um modo geral você diminuir o índice de evasão?” Então vamos respeitar o que a lei prevê. Recuperação paralela ao final dos bimestres. Então como vai ser isso? Isso é discutido sim.” (Entrevistado E – ETE Ferreira Viana)

“O professor influencia porque você acaba tendo um acesso inicial à empresa “X”, por exemplo. Não que ele vá ser necessariamente o mediador, ou é ele que vá dar o estágio, mas facilita o acesso. É aquele negócio, tem uma pessoa lá de dentro, de confiança da empresa, vendendo o peixe dos nossos alunos, da formação dos nossos alunos. Aí é aquele negócio, eu abri o canal de comunicação e aí, a gente consegue firmar os convênios. Diferente, por exemplo, se a gente tivesse um corpo de professores afastados desse mercado, então essa comunicação seria muito mais lenta.” (Entrevistado O – ETE João Luiz do Nascimento)

Alguns dos entrevistados reforçaram o papel do docente como orientador do aluno em sua formação para o mercado de trabalho, sendo, na opinião de alguns entrevistados, um papel diferenciado por ensinar o que os alunos usarão na prática profissional.

Conforme esclarece o entrevistado U da ETE Henrique Lage:

“Olha, é ele quem vai trazer toda a base pra poder, primeiro, lá no seu primeiro ano, fazer com que o aluno comece a perceber o que é ser um profissional naquele curso ao qual ele se inseriu (...) é quando o aluno começa a ter contato com aquilo que ele vai estar lá trabalhando.”

Complementa o entrevistado P da ETE Luiz do Nascimento:

“Que eu vejo assim, o papel do professor do ensino técnico é um papel diferenciado do papel do professor comum. Ele dá ali uma ferramenta de trabalho não um acessório. Quando eu falo pra eles assim: “essa matéria, estuda que isso cai em prova, isso aqui oh é a base de automação, isso aqui é a base de telecomunicações” quando a gente dá essa noção pra eles a gente não está falando de uma coisa abstrata (...) aquilo que ele está aprendendo ele vai usar, então, isso é importante”

A respeito disso, o MEC observa nos Referenciais Curriculares, que a construção de um currículo para a qualificação ou habilitação de um técnico em uma área profissional deve ser definido a partir de propostas dos professores discutidas com os alunos envolvendo situações simuladas ou, sempre que possível e preferencialmente, reais visando sempre à construção de competências.

Nesse sentido, a experiência dos professores no mercado de trabalho enriquece as discussões em sala de aula, conforme os depoimentos dos entrevistados E da ETE Ferreira Viana, S e V ambos da ETE Henrique Lage, apontando que o professor ao compartilhar sua experiência de mercado com os alunos, contribui para a formação técnica desses.

Dessa maneira prossegue o entrevistado E da ETE Ferreira Viana:

“Complementando eu diria que toda essa problemática de... falta de infra-estrutura (...) o que ajuda ainda a reduzir esse *gap* entre a empresa e a escola é a experiência profissional dos professores que compõem a instituição. São pessoas inseridas no mercado, que têm experiência no mercado... Isso traz, pelo menos, essa experiência aos alunos contribui muito e muito pra que cheguem lá fora uma visão um pouco melhor, mesmo faltando...”

Complementa o entrevistado S da ETE Henrique Lage:

“Aqui, pra uma formação técnica, esse professor, por estar no mercado de trabalho e por trazer, na hora que ele traz pra sala de aula a didática pra ensinar a disciplina ele está muito mais atual do que, às vezes, um professor que fica dando português, geografia, história e tal, ele pode estar sempre atual, mas eu o que eu digo é mercado de trabalho técnico, o professor que a gente tem, técnico, que trabalha em outra formação dele que ele traz essa vivência e eu vejo aí a sua pergunta, e eu vejo que são muito bons em sua maioria, eu vejo que muitos tem experiência profissional pra trazer pro aluno aqui dentro, nós temos uma quantidade de professores com experiência profissional muito boa”

Adiciona o entrevistado V da ETE Henrique Lage:

“O papel do professor é justamente passar o conhecimento que ele adquiriu como... Por que nós aqui utilizamos, normalmente a nossa mão de obra, ela já é de pessoas qualificadas através de concurso e essas pessoas, elas foram, de certa forma, já trabalharam em empresas. Toda a nossa mão de obra já tem essa experiência. Então eles passam essa experiência que adquiriu ao longo dos anos pro nosso aluno”.

Nessa concepção do papel do professor, diversos entrevistados mencionaram a experiência do professor no mercado de trabalho trazida para sala de aula, o que enriquece o aprendizado dos alunos, estimulando um primeiro entendimento deles acerca do funcionamento da dinâmica do mercado de trabalho. Dessa maneira, seguem alguns trechos das entrevistas:

“Olha só, ela tem... Se você for ver... Vou dar um exemplo pra você, os profissionais que são os docentes aqui da instituição, normalmente eles são tudo profissionais lá de fora e dão aula aqui dentro. To falando da área técnica, o meu caso, eu sou arquiteto, eu trabalho lá fora como autônomo e tenho, mas eu dou aula aqui. Então, o que, que eu faço? O que, que o profissional faz aqui, que eu vejo? O profissional, ele tenta trazer a realidade do mercado pra aqui pra dentro da sala de aula, pro aluno.” (Entrevistado O – ETE João Luiz do Nascimento).

“Isso, a meu ver, é muito vantajoso pro jovem por que dentre essa formação, ele possuindo professores da parte técnica profissionalizante que estão numa escola técnica lecionando, mas que fora da escola técnica eles estão trabalhando profissionalmente, cada um no seu setor profissional; isso faz também com que haja uma nova concepção de mentalidade desse jovem, por que a todo o momento o professor se remete a uma realidade de um mercado de trabalho...” (Entrevistado P - da ETE João Luiz do Nascimento)

“Aquele professor que trabalha em outra empresa, tem vários professores que trabalham em empresas multinacionais e outras nacionais de grande porte e, às vezes, eles estão indo para empresa, pela empresa e aproveitam esse conhecimento, essa informação para a escola técnica...” (Entrevistado Q – da ETE João Luiz do Nascimento)

“O que ajuda ainda a reduzir esse *gap* entre a empresa e a escola é a experiência profissional dos professores que compõem a instituição. São pessoas inseridas no mercado, que têm experiência no mercado... Isso trás, pelo menos, essa experiência aos alunos contribui muito e muito pra que cheguem lá fora uma visão um pouco melhor” (Entrevistado E –ETE Ferreira Viana)

Sobre a motivação dos professores para lecionar, o entrevistado E da ETE Ferreira Viana comenta a vocação para o magistério e a questão salarial como o principal fator motivador:

“Eu acho que você tem duas situações distintas, você tem o profissional que por algum motivo não consegue a vaga no mercado de trabalho e acaba conseguindo a vaga pra lecionar. Aí ele vem por falta de opção e você tem o pessoal que trabalha no noturno que vem com duas motivações. A primeira é passar a experiência que ele tem, se ele tiver realmente a vocação pro magistério, então ele vem mais em passar a experiência e num segundo momento se ele tá tendo um segundo emprego, ele tá tendo uma complementação de renda.”

E o entrevistado S da ETE Henrique Lage complementa observado que os fatores motivadores são infra-estrutura e salário:

“Incentiva (o professor) com espaços adequados, incentiva com os exemplos de cima pra baixo com certeza... a base dos salários estar adequada, os professores estarem satisfeitos com os salários e a adequação mesmo do espaço”.

No que se refere à infra-estrutura, o MEC, nos Referenciais Curriculares, destaca que é notória a necessidade da disponibilidade de ambientes e recursos adequados e atualizados para o desenvolvimento dos alunos.

Com relação à questão salarial o entrevistado M da ETE João Luiz do Nascimento faz com que o mercado de trabalho seja um forte concorrente do emprego como docente na escola. Ocorrem casos em que o professor não abandona a escola totalmente para atuar no mercado, mas se dedica em tempo parcial, prejudicando a formação dos alunos, como observa a seguir:

“Assim, eu acho que os professores têm uma boa relação com a instituição. Logicamente, tem aquilo né, de hoje em dia... Salário é um fator que atrapalha, então, o que aconteceu com a FAETEC no começo foi o seguinte, muitos profissionais, às vezes, deixarem de trabalhar no mercado de trabalho e começaram a trabalhar na FAETEC por questão salarial. A FAETEC tinha um plano de cargos muito bom e isso ainda tem. Mas a questão do salário acaba atrapalhando por que ... dedicar à outras coisas, trabalhar em mais locais do que se trabalhava anteriormente, o salário foi ficando defasado, então, de repente, o professor, às vezes, que ele dava aula aqui ele passa a ter que arrumar outro emprego. Até mesmo que não seja dando aula, então ele volta ao mercado de trabalho pra começar a procurar outras coisas... Dentro disso eu acho que acaba atrapalhando um pouco o trabalho, por que ele está se dedicando a mais coisas, ele está perdendo um pouco o foco na formação ... a dificuldade é essa...”

4.4.2.

O papel do aluno na formação técnica

No que se refere à contribuição do aluno para a sua própria formação, as entrevistas apontaram que o caráter comportamental é o principal fator decisivo para o sucesso do aluno tanto na vida escolar quanto na sua inserção no mercado.

Nesse sentido, o entrevistado B da FAETEC destaca o comportamento do aluno como um diferencial para a certificação, no momento do recrutamento das empresas para estágios:

“O serviço de orientação educacional de uma escola tá atuando junto com o estado nessa preparação dos alunos quanto às entrevistas, comportamentos e atitudes. Então tem essa coisa integrada. A gente tenta...”

De acordo com o perfil exigido pela empresa, pra atender ao estágio nessa empresa, os setores de estágio também com o apoio da orientação educacional ele trabalha numa pré-seleção. Ele só encaminha se ele (o aluno) tiver atendendo aqueles perfis ali (...).”

Nesse contexto, o MEC destaca nos Referenciais Curriculares que o aluno é a pessoa que aprende como sujeito ativo, pensante, autônomo e protagonista do processo. Assim, o MEC ressalta a autonomia e a escolha do aluno no sentido do querer aprender.

Outro aspecto levantado nas entrevistas reforça a questão da atratividade do valor da bolsa para a escolha do estágio, pontuando que, em alguns casos, pode prejudicar o tempo de certificação do aluno, a partir do momento em que eles desejam trocar de estágio quando estão quase concluindo a carga-horária destinada ao estágio supervisionado. Conforme prossegue, entrevistado D da FAETEC:

“Essa escolha até acontece. Acontece porque se a gente for ver o lado social da coisa, lembrando que preferem uma bolsa em relação à outra maior.

No meu modo de ver a gente fez até agora uma experiência recente. Porque se eu tenho que certificar o meu aluno como técnico e ele já está fazendo o estágio, tem que ter um motivo maior, a não ser esse lado financeiro, pra ele mudar de estágio. Então estava acontecendo aí a seguinte situação, foi sinalizado em alguns casos. Vou dar um exemplo genérico pra entender melhor. O aluno às vezes com 350 horas de estágio já feitas e tem que fazer 400, já estava mais da metade do estágio e abriu um processo seletivo lá que a bolsa era maior e ele queria abandonar o estágio que faltava só 50 horas. Então espera concluir a carga mínima pra fazer outro. Não tem lógica.”

Assim como observa o MEC que o aluno é autônomo, ativo e protagonista de seu papel de aprendizagem, os entrevistados V e P reafirmam a colocação do MEC ao ressaltarem que o aluno deve se mostrar interessado e dedicado em aprender. Além disso, observam os entrevistados que esse comprometimento pode ser reforçado quando o aluno já entre na escola sabendo de sua afinidade com o curso, por exemplo, por meio de um teste vocacional. Assim coloca o entrevistado V da ETE Henrique Lage:

“O papel do aluno na formação é se dedicar é ter a vontade em aprender e já vir eu diria assim, com tipo... estar com interesse mesmo, já com um pré-teste, no caso, um teste vocacional, que de uma certa forma há quando a gente faz uma entrevista.”

E corrobora o entrevistado P da ETE João Luiz do Nascimento:

“...eu acho que o papel do aluno, principalmente do ensino técnico, ele tem que ter uma habilidade, ele tem que ter uma tendência a querer estar ali. Por que se ele não quisesse estar ali... a jornada é dupla, é muito difícil. Ele tem que ter já uma coisa que a gente diz, “está no sangue” não sei se vocês já ouviram esta expressão aí fora, mas é uma expressão usada, nossa. A gente quando está dando aula, a gente fala mesmo... Não é uma fala minha, é da área. Entende, isso tem que estar no sangue, se não entrar nos sangue não adianta é mais ou menos assim. Quando eu dou palestra eu falo pra eles: “você está escolhendo uma coisa que pode levar mais de trinta anos da sua vida” e está certo. É uma escolha, não pra hoje gente é uma escolha pra mais de trinta anos de trabalho. Tem gente que vai fazer o ensino técnico de eletrônica e vai se aposentar dentro da área. Então, olha bem, é um papel importante é o grande passo da sua vida.”

Quanto ao papel do aluno, o entrevistado T da ETE Henrique Lage observa que a modalidade de ensino concomitante prejudica a motivação do aluno para a formação técnica profissional. Isso porque a carga horária é muito extensa e os professores são, em muitos casos, voltados para a formação geral já que essa modalidade consiste nos ensinamentos médio e técnico ao mesmo tempo, tendo o aluno duas matrículas. Dessa forma, observa o entrevistado T:

“O nosso curso aqui, ele é concomitante, ou seja, ele tem a formação geral dele e a formação teórica de profissional. Aqui o nosso curso, ele não é integrado, então isso aí dificulta muito esse papel do aluno por que ele vem pra cá e ele chega aqui... ele pode vir até com a cabeça voltada para o futuro profissional, mas ele chega e encontra vários professores de formação geral voltado tudo pra ingresso na universidade. Então ele aqui é desviado... aí... tem professor técnico que diz aí: “não, você tem que fazer técnico na Petrobrás” e tem um professor que, “não, você tem que fazer isso aqui por que isso cai no vestibular, na UFRJ caiu isso aqui”. Então, eu acho que o papel que ele teria a mais... eu não vou dizer que ele tem que esquecer das outras disciplinas... mas ele é desviado, mas não culpa dele talvez, por culpa mais do pessoal que ajuda ele a pensar diferente. E quando chega... Não olha só, isso aqui é uma escola técnica, eu vejo como uma escola técnica... Mas a culpa também é da matriz que não é integrada.... Mas então, aí, se fosse integrado, por exemplo, assim, o professor de física lá, ou de matemática teria que dar a física dele, a matemática dele voltada pro técnico. Isso seria mais interessante, com certeza.

O entrevistado M da ETE João Luiz do Nascimento complementa o entrevistado T, observando que, muitas vezes na modalidade de ensino concomitante, o aluno se matricula na escola sem saber ao certo se quer cursar o ensino médio para prestar vestibular ou seguir a carreira de técnico. Como o curso técnico é mais difícil, muitas vezes, acaba sendo a primeira opção de abandono. Conforme prossegue:

“Dentro da formação existe um problema. É que, às vezes, o aluno, ele vem pra escola interessado na formação do ensino médio. Por que o nosso curso é um curso concomitante, ele faz o ensino médio e o ensino técnico. Então, o que acontece? Ele vem pra escola... Primeiro, vem muito jovem... acho que é normal. Quando se tem 14, 15 anos você não sabe o que, que você quer da vida. Então, ele chega aqui, a matéria técnica é uma matéria mais pesada tem um conteúdo mais pesado e diferente daquilo que você já estudou até hoje. Então, o aluno vem começa a fazer, mas como também não tinha idéia, muito, do que, que ele queria aí ele começa a sentir dificuldade, dificuldade, às vezes, aí ele... Ao término do primeiro ano já não quer muito, às vezes, até antes do término do primeiro ano. Ele: “ah, não só quero fazer o ensino médio”, aí começa a largar o ensino técnico, largar... Então você começa com uma turma de 40 aí no final se formam 15 alunos, 20... no técnico. Lógico, o curso tem dificuldades.”

O entrevistado O da ETE João Luiz do Nascimento explana sobre a natureza da relação da instituição com aluno colocando que a instituição procura dar atenção ao aluno mesmo em questões extra-escolares, como familiares, o que auxilia em seu rendimento escolar. Conforme segue:

“Eu posso dizer a nível de curso técnico, que eu sou o coordenador eu procuro dar o máximo que eu posso dentro da necessidade do aluno, eu procuro atendê-lo, dentro das suas necessidades, daquilo que eles estão precisando. Procuro, muitas vezes, orientar eles em relação ao nível profissional, oportunidades que surgem, né, a nível de concurso, isso e aquilo outro. A gente está sempre procurando ajudar o aluno. Agora, existe também a necessidade, podemos dizer assim, às vezes, que não faz parte do nível técnico, do nível profissionalizante, que seria a necessidade assim, de repente, o aluno está passando por um problema na família, ou algo parecido, a gente tenta ver, poder ajudar ele. Eu já tive oportunidade de aluno chegar aqui pra mim depois da minha aula “professor meu pai está passando por um problema assim, assim, assado...” eu vi que ele tava precisando de uma ajuda. Então eu pedi, “pergunta pro seu pai, pra sua mãe...” se tem a oportunidade de eu ir na casa dele pra conversar com ele. E fui conversar com ele. Graças a Deus o pai dele... as coisas melhoraram muito pra eles. O aluno até depois de um tempo passou pra UFRJ, foi fazer engenharia civil, o pai dele também trabalhava nessa área... E depois... perdi o contato com ele. Mas você é que há profissionais que até procuram ajudar o aluno nessas horas, nesse sentido, não só no sentido profissional, mas no sentido, às vezes, até de outras necessidades que ele tenha...”

4.5.

Construção da matriz curricular por competência

Pautada em um conjunto de normatizações cuja função é a orientação de ações voltadas para o desenvolvimento de capacidades humanas necessárias ao exercício profissional, a Pedagogia das Competências constitui-se numa abordagem que busca promover a reorganização e o estreitamento do vínculo entre educação profissional e sistema produtivo, conforme os princípios que definem as atuais demandas de força de trabalho das empresas organizadas sob a égide dos conceitos de produção flexível e integrada. (ARAUJO, 2001).

Dessa maneira, os órgãos normatizadores da Educação Nacional divulgaram uma série de documentos oficiais que materializam uma reforma geral da educação profissional, tendo como pilar a orientação para construção da matriz curricular por competência pelas instituições de ensino técnico.

Tendo em vista tais normatizações orientadoras, essa categoria visa a elucidar em que medida tais instituições têm conseguido operacionalizar a matriz curricular por competências, a partir das percepções dos entrevistados em relação à construção da matriz, verificando os fatores facilitadores e entraves a esse processo.

Na análise dos depoimentos dos entrevistados, verificou-se que falta de entendimento acerca da implantação da nova matriz. Segundo os entrevistados, não houve uma orientação voltada para a operacionalização da matriz pela mantenedora das ETEs e pelos Órgãos Normatizadores o que reforça descobertas anteriores feitas por Rocha-Pinto (2002, 2004). Foi verificado que seria importante uma espécie de “manual” para a construção da matriz pelas ETEs. Além disso, outras dificuldades foram registradas, destacando-se: a falta de capacitação dos professores em relação à pedagogia das competências e às exigências atuais do mercado de trabalho, a natural resistência às mudanças identificadas nas escolas entrevistadas e a falta de um quadro permanente de professores dificultando a disseminação da reorganização da matriz.

Assim, seguem alguns depoimentos que traduzem essas dificuldades:

“O mercado fala: é disso que a gente precisa realmente pra alavancar... Eu tenho professores aqui, sei lá, vamos supor doze de mecânica. Sedentos pra aprender aquilo... é uma tecnologia nova. E eu não consigo pessoas pra capacitar eles... Então a gente se depara também com essas questões. Em contrapartida, eu vou dar um outro exemplo, que aí já está na segunda, o laboratório de eletro técnica. A gente comprou equipamentos novos, não sei se vocês chegaram a visitar as peças. E, enfim a gente ia trabalhar com simuladores e aí deparamos com o mesmo problema, quem vai capacitar...” (Entrevistado E- ETE Ferreira Viana)

“Eu, particularmente, acho que em quatro anos a coisa deveria ta bem mais além (implantação da matriz por competência)... então a gente ainda não está como poderíamos já estar no mercado em relação a isso.” (Entrevistado F - ETE Ferreira Viana)

“A gente também não pode ter uma resistência dos professores. Aí a gente começa a refletir, essa resistência é o que, é o medo do novo, é o medo do trabalho que isso vai gerar, vou aprender uma tecnologia, ou vou criar uma apostila praquilo, vou ter que gerar uma nova metodologia? Vou ter que sair do “2x2”. E aí a gente volta à estaca zero.” (Entrevistado A – FAETEC)

“Dentro disso tudo aí que é... dentro da rede... que é a questão da falta do quadro permanente, com um número absurdo de contratados, que chega ao final do ano vai todo mundo embora, que dizer, eu tenho professores que só fazem as capacitações, são contratados, em dezembro vai todo mundo embora. Eu não tenho certeza se em janeiro, fevereiro, eu vou ter que abrir essa capacitação de novo, pros novos que vão entrar e eu volto pra estaca zero. Que aí, quem absorveu, treinou, acabou já não vai estar mais.” (Entrevistado I - ETE Ferreira Viana)

“É... Eu acho que a FAETEC devia dar o Norte (na implementação da matriz por competências). Por que assim, muitas ações não são desenvolvidas na unidade, até por comodismo de alguns da unidade, que está sempre esperando que a FAETEC fale o que é pra fazer.”(Entrevistado J – ETE João Luiz do Nascimento)

“Acho que ela mudou mais no nome, mas eu acho que continua sendo trabalhada da mesma maneira. “Ah, agora a matriz é por competências”, tudo bem, mas eu acho que... Até eu acho que foi falta de treinamento dos professores, que eu acho que quando você faz uma mudança dessas, você tem que mudar o pensamento das pessoas pra que elas possam fazer de outra maneira. Não basta simplesmente dizer: “ah, agora é assim e acabou” né, as pessoas têm que passar a pensar de maneira diferente. Fazer um trabalho, de repente, mais articulado com os outros professores eu acho que isso é uma dificuldade.” (Entrevistado L - ETE João Luiz do Nascimento)

“Então, às vezes, você que vem duma área técnica e vem trabalhar essa questão, às vezes, é uma novidade. O profissional fica e até o profissional entender o que é isso, às vezes, fica um pouco difícil. Mas eu acho que depois que o profissional tenta abrir um pouco a cabeça e tenta entrar mais aquilo ali, ter uma visão geral né, ter uma visão interdisciplinar das coisas em geral, eu acho que a coisa funciona melhor. Agora o que eu vejo, é o que eu to falando, isso, às vezes, demora um pouquinho. Tipo assim, eu fiz 3 cursos na área de formação pedagógica, peguei uma licenciatura em matemática, peguei uma licenciatura em física e peguei uma licenciatura em artes. Então, isso vem na minha cabeça direto por que toda a vez que eu passava lá se falava sobre isso. Agora, nem todos têm essa oportunidade que eu tive. Então, às vezes, se torna uma coisa mais difícil, mas eu acho válido eu acho que se for pretensão do aluno entender melhor o que ele está fazendo aqui pro mercado de trabalho..” (Entrevistado O – ETE João Luiz do Nascimento)

“Mas aí, muda o governo e aí, de repente, há outras mudanças... O professor, podemos dizer assim, ele têm que jogar em todos os lados ao mesmo tempo. Por que ele tem que cumprir aquilo que a instituição exige dele e eu posso dizer assim, que, às vezes, em pouco tempo... ele digeri isso em muito pouco tempo. A maior dificuldade que eu vejo é essa. É você entender a coisa em muito pouco tempo pra já lançar”. (Entrevistado O – ETE João Luiz do Nascimento)

A respeito dessas dificuldades o CNE, no parecer 16/99, reconhece que as demandas que gera às escolas de ensino técnico são, ao mesmo tempo, muito simples e muito complexas e exigentes. Segundo o CNE, elas supõem “pesquisa, planejamento, utilização e avaliação de métodos, processos, conteúdos programáticos, arranjos didáticos e modalidades de programação em função de resultados”.

Nesse contexto, de acordo com o MEC, nos Referenciais Curriculares, o elemento mudança, implícito no conceito de planejamento, é emergente e para o MEC “planejar significa, principalmente: não estar satisfeito com a realidade educacional atual, querer efetivamente mudá-la e orientar / organizar essa mudança”.

Confrontando a posição do MEC com as percepções dos entrevistados, verifica-se que é necessário que os personagens das ETES estejam dispostos a mudar e imbuídos no espírito de organizar essa mudança.

No que se refere à capacitação dos professores, o CNE ressalta a importância de prepará-los adequadamente para essa ação educativa para que os docentes possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento das competências dos alunos.

No que se refere ao tempo de implementação da matriz por competências, os entrevistados observaram que este processo envolve muitas variáveis e que, portanto, é um processo de longo prazo, conforme coloca o entrevistado I da ETE Ferreira Viana:

“A gente tem que ver a questão como um todo inserido no mercado de trabalho, a gente tem que rever a saída do modelo tradicional, que o mercado hoje tem muita característica, muito perfil de pessoa, de novo profissional, ele tem que ter as competências específicas dentro de cada segmento. Eu acho isso fundamental. E a busca por essa implantação é um processo a longo prazo...”

E corrobora o entrevistado Q da ETE Henrique Lage:

“Esse processo, ele está acontecendo. É por que não é uma coisa que a gente pode implantar de uma hora pra outra... são discussões políticas que a escola está passando. Agora nós vamos integrar, nós temos aqui a nossa matriz é a matriz concomitante. Você trabalha as competências, mas de forma concomitante pra ser inseridos lentamente no contexto. E agora vamos entrar com a matriz integrada. Então, dentro disso aí é uma coisa que é lenta, a coisa está acontecendo, mas trabalha com a matriz dez0% de competências? Não, não é praticamente assim.”

Os entrevistados L e P da ETE João Luiz do Nascimento ressaltaram que o fato de mudar a matriz não muda nada nas ETES, pois sempre se trabalhou com foco prático em formar alunos para o mercado de trabalho. Dessa forma, coloca o entrevistado L da ETE João Luiz do Nascimento:

“Acho que ela mudou mais no nome, mas eu acho que continua sendo trabalhada da mesma maneira.”

E desenvolve o entrevistado P da ETE João Luiz do Nascimento:

“Olha só, eu acho que o ensino técnico sempre trabalhou com competência, habilidades e competências, só foi uma coisa mais rotulada por que não tem como dentro do ensino técnico a gente não avaliar dessa forma. Por que a gente, o que, que a gente faz com eles? É ensinar a fazer, né, a construir já é uma questão bem colocada dentro ensino profissionalizante. Pra nós essa questão da avaliação por competências só foi uma organização, por que já existia, de uma forma, ou de outra já existia. Por exemplo, o que eu faço com eles no laboratório, não tem como eu avaliar sem ser pelas habilidades adquiridas dentro do laboratório.”

Por outro lado, alguns entrevistados registraram que organização da matriz curricular em módulos facilita o processo de avaliação das competências adquiridas pelos alunos. Dessa forma, ao término de cada módulo o aluno deve ter adquirido as competências necessárias para o cumprimento daquele módulo de determinada disciplina, descritas na matriz curricular por competência. Assim, descreve o entrevistado C da FAETEC:

“Então quando a gente fecha no documento do aluno é feito daquele modo, vamos supor, dali da primeira etapa, módulo 1, esse conjunto aqui, que competências o aluno vai adquirir aqui, aí vai entrar o que? Competência disso, disso, disso... no módulo 3... e no diploma, nele entra a relação das disciplinas a carga horária e... só o perfil profissional(...)

Ele ganha nota pela disciplina... então pra aprovação ele tem que ter nota igual, ou superior a 6. E as competências, em cima daquela aprovação, as competências que é daquele módulo, que são adquiridas...”

O entrevistado U da ETE Henrique Lage corrobora com essa colocação ao relatar:

“Então, que competência o aluno do primeiro ano ele precisa ter pra que essa seqüência de três anos, ela aconteça de forma que, já no primeiro ano, ele já vai ter uma determinada competência? Se é uma competência de um entendimento generalizado, essa é a competência de primeiro ano, é no segundo ano que a gente já começa a se inserir diretamente, a focar... ele já tem algumas competências focadas, isoladas pra que, se ele ainda no segundo ano, ele terminou lá o segundo ano, ele teve aquela capacitação das disciplinas, aí o outro vai lá e oferece uma oportunidade de estágio pra ele, por que ele já tem uma competência que já foi dada lá no segundo ano; ele terminou pelo menos o segundo ano... Então, justifica, assim, essa divisão do curso em competência de primeiro ano, de segundo ano, de terceiro ano, isso acontece, eu tenho até isso escrito... as competências do primeiro ano, junto com o segundo e o terceiro...”

A esse respeito o MEC, nos Referenciais Curriculares, registra que a modularização dos cursos deve proporcionar mais flexibilidade às instituições de educação profissional, ao mesmo tempo em que deve contribuir para a ampliação e agilização do atendimento das necessidades dos trabalhadores, das empresas e da sociedade.

No entanto, Araújo (2002), chama atenção para o fato de que a modulação pode fragmentar o processo formativo, se os módulos de cada disciplina não forem elaborados com o devido cuidado para assegurarem a seqüência lógica da formação e uma compreensão global dos processos produtivos.

Outro aspecto surgido sobre a construção da matriz curricular, foi sobre o tom participativo dessa, corroborando com a intenção do CNE, que no parecer 16/99, destacou a importância do caráter participativo e democrático da reforma da educação.

Esse caráter participativo que o CNE ressaltou emergiu desde a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico por meio da participação de representantes e do próprio Secretário de Educação Média e Tecnológica do MEC sendo o resultado final o Parecer 16/99 e a Resolução 4/99 que instituem as Diretrizes.

As Diretrizes adotaram um núcleo de competências comuns, caracterizando o conceito de área profissional e, para cada uma dessas áreas foram estabelecidas as competências profissionais gerais, a serem obrigatoriamente objetivadas pelos cursos de educação profissional de nível técnico. Dessa forma, um conjunto de matrizes de referência por área profissional integrava as Diretrizes. Nesse contexto é válido destacar que segundo o MEC, Diretrizes são “um conjunto articulado de princípios, critérios, definição de competências gerais do técnico por área profissional e procedimentos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas escolas na organização e no planejamento dos cursos de nível técnico”.

As matrizes foram divulgadas pelo MEC na forma de Referenciais Curriculares para subsidiar as escolas na elaboração dos perfis profissionais de conclusão e no planejamento dos cursos.

Nesse sentido, o entrevistado T, da ETE Henrique Lage, observou que os coordenadores de cursos participaram da elaboração do planejamento dos cursos a partir da descrição das habilidades e competências necessárias à formação dos alunos dos respectivos cursos.

Os entrevistados E da ETE Ferreira Viana e U da ETE Henrique Lage também ressaltaram o caráter participativo da elaboração da matriz por competências, por meio da participação em reuniões com os coordenadores técnicos das áreas objetivando a obtenção de uma matriz atualizada com as demandas do mercado. Assim, prossegue o entrevistado E da ETE Ferreira Viana:

“Então a atual matriz curricular, como praticada aí é fruto de algumas reuniões dos coordenadores técnicos de cada matriz, o que levou ao modelo atual, mas já houve épocas aí que a FAETEC adotou o modelo de uma escola, como sendo o modelo...”

(...) São feitas reuniões entre os coordenadores técnicos da área e que são avaliadas as condições atuais do mercado, o que, que determinado componente curricular tem que ter, de conteúdo programático, que atenda da melhor forma possível, adequando a realidade da escola à realidade do trabalho. Isso levando, algumas vezes, à mudança do componente curricular tentando fazer com que a gente tenha aí o máximo de agilidade que não é suficiente de forma atualizada pra que o aluno possa sair com uma formação atualizada”.

E, corroborando a opinião de E, o entrevistado U da ETE Henrique Lage, no que se refere à participação dos coordenadores nas discussões da elaboração da matriz, considera que:

“... A mudança da matriz, ela é proposta pela FAETEC, eu estive em várias reuniões na FAETEC discutindo essas mudanças pra que a matriz, de uma forma geral, possa ser única e atender o estado do Rio de Janeiro.”

Em contrapartida, aos depoimentos dos entrevistados que disseram que o processo de elaboração da matriz por competências foi participativo, o entrevistado V da ETE Henrique Lage registrou que não foi chamado a participar na sua visão esse processo foi centralizado. Assim, observa:

“Com relação à melhoria da gestão o respeito à autonomia dos coordenadores com relação à alteração matriz. Ser ouvido né? Não vir de cima né? Aconteceu de eu ter que engolir uma matriz, isso não é legal, não é bom não... tem que ser ouvido, ninguém melhor do que os coordenadores, embora eles façam as observações, as alterações necessárias à matriz, mas ele está com os professores, ele está em contato com o aluno, está com o mercado de trabalho, está na ponta, ele tem a condição de fazer o melhor por essa matriz do que quem está lá na gerência na FAETEC, nos fazer engolir alguma coisa... é meio complicado isso aí...”